

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS:

o patrimônio histórico entre permanências e transformações



Camila S. de Oliveira | Priscila Henning | Elisa R. Zanon | Eloisa R. R. Rodrigues | Ana C.S.Santos



Avenida Duque de Caxias:

o patrimônio histórico entre permanências e transformações



Londrina | Abril 2022

Autoras

Camila Silva de Oliveira
Priscila Henning
Elisa Roberta Zanon
Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues
Ana Claudia de Souza Santos

Projeto Gráfico, Diagramação

Rei Santos

Fotografias capa e contracapa

Rei Santos

Fotografias

Históricas: Museu Histórico de Londrina
Pe. Carlos Weiss (MHL)

Atuais (Av. Duque de Caxias): Rei Santos

Revisão de Texto

Thamiris Pellizzari

Estagiários (Arquitetura e Urbanismo/UEL)

Amábile Lúcio Campos
Amanda Mendes de Oliveira
Caroline Santos de Oliveira
Daniele Rodrigues Marques
Emanuelli Cristina de Souza Justino
Heloisa Júlio de Oliveira Ferreira
Isadora Vieira dos Santos
Karina Guimaraes Silva
Karoline Louise Campana Nascimento
Leticia Cabrera
Lorena dos Santos Pereira Pereira Raposo
Nailze Maria da Silva Cardoso
Nathalia Isabella Nagao Shimizu
Mateus Carvalho Ferreira
Tais Ribeiro da Cunha
Thais Pelegrini Martins

Patrocínio

Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina
(PROMIC) da Prefeitura de Londrina

Apoio

- Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação da Prefeitura de Londrina
 - Secretaria Municipal de Cultura de Londrina
 - Diretoria de Incentivo à Cultura
 - Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural
 - Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss (MHL)
 - Universidade Estadual de Londrina (UEL)
 - Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU) da UEL
 - Ocas - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UEL
-

Agradecimentos

Edméia Ribeiro (Diretora do MHL)
Rosângela Ricieri Haddad (Bibliotecária do MHL)
Célia Rodrigues de Oliveira (Ex-servidora do MHL)
Rúbia Fernandes da Silva (Estagiária do MHL)

96 páginas | Abril de 2022
Londrina - PR

Catálogo

Biblioteca e Documentação. Museu Histórico de Londrina. Universidade Estadual de Londrina
Bibliotecária Rosângela Ricieri Haddad CRB9/865
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A951 Avenida Duque de Caxias: o patrimônio histórico entre permanências e transformações [livro eletrônico] / Camila Silva de Oliveira... [et al.] ; projeto gráfico, Rei Santos. – Londrina, Pr : Museu Histórico de Londrina, 2022.
96 p. : il. ; PDF ; 6.144 kb.

Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina - Pr (PROMIC)
ISBN 978-65-89024-03-3

1. Arquitetura – Londrina - Pr. – História. 2. Educação patrimonial.
3. Paisagem urbana – História – Londrina – Pr. I. Oliveira, Camila Silva de.
II. Henning, Priscila. III. Zanon, Elisa Roberta. IV. Rodrigues, Eloisa Ramos Ribeiro.
V. Santos, Ana Claudia de Souza. VI. T.

CDU 719(816.22)

Avenida Duque de Caxias:

o patrimônio histórico entre permanências e transformações

Camila Silva de Oliveira

Priscila Henning

Elisa Roberta Zanon

Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues

Ana Claudia de Souza Santos

1ª Edição

Londrina | Abril 2022

Patrocínio



Secretaria Municipal de
Cultura

Apoio



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



MUSEU
HISTÓRICO
DE LONDRINA

Sumário

▪ Prefácio - Flávia Brito do Nascimento	9
▪ Introdução	13
▪ Patrimônio Cultural: o que é e por que é importante reconhecê-lo?	16
▪ Avenida Duque de Caxias: o patrimônio histórico entre transformações e permanências	22
Caminhos históricos e conexões atuais.....	22
Abrindo portas, sonhos e negócios.....	29
Do cenário rural para a paisagem urbana.....	32
Morar e trabalhar.....	34
As esquinas.....	36
Abastecendo o progresso.....	42
O Armazém Dias Martins.....	45
O Lote 1 da Quadra 1.....	46
A Padaria Aurora.....	48
Aqui nasceu a Gráfica Ipê.....	50
A primeira Loja Riachuelo.....	51
Casa Vila Real.....	52
Farmácia Santa Terezinha.....	53
Edifício Vittori: uma inovação.....	54
O espírito estudantil.....	56
Chafic Tecidos.....	57
Selaria São José.....	58
Luxemburgo, América e Franz.....	59
Um karaokê no subsolo.....	61
Os Tosetti e as carroças.....	62
Um novo modo de morar.....	63
União e pioneirismo.....	64
O clube atrás da porta.....	65
O Hospital Ortopédico.....	66
As edificações pioneiras.....	67
Os construtores.....	69
▪ A cidade como documento: o que as fontes nos revelam sobre o trecho do centro histórico da Avenida Duque de Caxias	71
▪ Sobre a pesquisa e o projeto cultural	85
▪ Para não concluir	89
▪ Fontes de pesquisa	91

PREFÁCIO

Flávia Brito do Nascimento

A modernização acelerada e autoritária imposta pelo regime militar nos anos 1960 e 1970 afetou de modo indelével a paisagem urbana nacional, impondo grandes transformações. De formas e em lugares variados comunidades vivenciaram os processos de demolição, apagamento e destruição urbana sob o véu das promessas do país do futuro. Os pactos com preservação se fizeram muito pontualmente, em lugares e com arquiteturas identificadas com a nacionalidade, como a colonial. Na maior parte das cidades, restou a pergunta de Aloísio Magalhães feita no livro “E Triunfo?” indagando sobre os destinos das inúmeras cidades brasileiras que estavam à margem das políticas nacionais de preservação. A cidade pernambucana de Triunfo representava as muitas cidades brasileiras que, nos anos 1980, se viam diante dos desafios das mudanças urbanas que já haviam assolado o país.

Da década de 1980 aos anos 2020, muito se transformou nas políticas e no pensamento sobre o patrimônio no Brasil. Da tônica neoliberal dos anos 1990 às demandas por participação social e democratização nos anos 2000, o aumento do interesse pelo passado revela-se, por exemplo, no aumento dos seminários e publicações e na ampliação dos programas de pós-graduação. Apesar disso, continuamos encapsulados em conceitos do patrimônio ligados à identidade nacional, dentro de uma ortodoxia que segue buscando cidades que se encaixem em padrões estabelecidos na Era Vargas. A pergunta sobre os destinos das nossas cidades, como Triunfo, continua se impondo, diante de interesses sempre vorazes do mercado imobiliário que varrem de metrô-

poles a cidades de menor porte, demolindo e substituindo indistintamente.

Mas as tentativas e estratégias de reação às perdas são muitas, e vão da documentação, estudo e pesquisa ao tombamento até ações de sensibilização e educação patrimonial. Este livro sobre a Avenida Duque de Caxias, localizada na região central de Londrina/PR, documenta, descreve e discute uma via representativa da história dessa cidade, levando à reflexão sobre as múltiplas constituições sociais e físicas de nossos processos de urbanização. A iniciativa proporciona a possibilidade de conhecer a história da avenida e pensar seus destinos na contemporaneidade. Ao estudar a história da via, a pesquisa lança um acurado olhar às suas permanências e transformações, mostrando a história dos usos, as formas e as técnicas construtivas, os construtores, os arquitetos e as edificações. O resultado é um importante e expressivo documento sobre a história urbana de Londrina.

A Duque, como ensinam as pesquisadoras responsáveis pelo projeto Camila Oliveira, Eloisa Ribeiro Rodrigues, Elisa Zanon, Priscila Henning e Ana Claudia Santos, foi aberta nos anos 1930, junto à criação do município, e fazia a ligação entre a porção mais central da cidade e os núcleos de imigrantes. Tal qual as ruas Direitas do período da urbanização da América Portuguesa, a avenida floresceu no seu papel de conexão urbana e polo comercial, fornecendo passagem e acesso para a cidade. Seu local estratégico na circulação regional e no espaço intraurbano fez com que ela fosse ganhando diversos comércios que caracterizaram as necessidades e os hábitos culturais da região, impostos pelas condições ambientais e materiais e também pelas demandas da população que ali se instalava.

A exemplar pesquisa é composta por textos que trazem a história da avenida e é acompanhada

de minucioso inventário que detalha as informações de 119 imóveis em sua porção mais central (entre as ruas Benjamin Constant e Juscelino Kubitschek). A investigação levantou documentação e fontes primárias originais, como bases cartográficas, projetos arquitetônicos, licenças e aprovações, bem como fotografias históricas, com resultado substancioso e inédito. O trabalho recompõe as camadas históricas da avenida, dando a conhecer os diferentes momentos de sua constituição, partindo da escala geral e chegando ao lote.

O trabalho é resultado de momentos diversos de pesquisa, que se ampliaram e ganharam detalhamento na forma de publicação com o patrocínio do Programa Municipal de Incentivo à Cultura da Prefeitura de Londrina. Os capítulos do livro trazem a história da Avenida (nas suas diferentes nomenclaturas), a relação com a ferrovia, as expansões e mudanças arquitetônicas - das primeiras construções até o processo de descentralização e formação de novas centralidades - que ajudaram a firmar o papel da Duque como eixo comercial e conexão entre as regiões de Londrina.

A Duque foi o primeiro eixo comercial da cidade e os usos cotidianos são responsáveis por singularizá-la na história de Londrina. Desde o início, abrigou serviços que eram necessários à cidade em formação, como as lavanderias - para dar conta da terra roxa, - e a selaria e o posto de bicicletas - representativos dos meios de transporte e das conexões intrínsecas entre o rural e o urbano, tão comuns às cidades brasileiras até os anos 1970. O "abastecimento do progresso" era feito pelos armazéns de secos e molhados, pelas lojas de tecidos (que são testemunhos de outros padrões de consumo), pelas padarias e oficinas de carros. Em muitas edificações conviveram os usos comerciais com os residenciais,

numa forma de domesticidade e ocupação urbana muito comum desde a época colonial no Brasil. Na materialidade da rua convivem as construções em madeira, as quais fazem parte da tradição construtiva do sul do país, e as primeiras construções em alvenaria de tijolos. A modernidade da arquitetura *Art Déco* mostra a busca por singularidade e por expressões formais condizentes com uma nova cidade representativa de outros estilos de vida. Usos políticos (como a União Londrinense de Estudantes), as inovações arquitetônicas (como a racionalidade do Edifício Vittori), e as formas de lazer (como o karôkê e o campo de bocha), mostram a diversidade de histórias, de personagens e de imagens que constituem as complexas camadas da avenida. Essas camadas mostram que a urbanização é um processo social, composto por agentes diversos que, com suas histórias de vida, interesses e possibilidades, foram povoando a Avenida Duque de Caxias. A identificação dos construtores e arquitetos e a listagem dos sobrenomes dos primeiros ocupantes evidenciam que a pesquisa foi muito além da formalidade urbana, sem negligenciá-la.

Por fim, saliento a fundamental reflexão que o livro traz sobre o desafio do patrimônio nas cidades novas. Seria a Avenida Duque de Caxias um bem cultural de Londrina? Diante de tudo o que o leitor está convidado a refletir, adianto a resposta afirmativa. O patrimônio se faz com base em identidades que são social e culturalmente constituídas diante das experiências históricas das comunidades e das quais as cidades são documentos. A Duque, em sua configuração atual, repactua a cidade com sua história ao afirmar as suas dimensões de identidade no presente e, também por isso, é patrimônio.

São Paulo, Janeiro 2022

A Avenida Duque de Caxias, caminho que corta a cidade de Londrina de norte a sul, vai muito além de uma simples rua comercial. Ela cruza o coração da cidade, levando o viajante a contemplar múltiplas paisagens de Londrina nos seus pouco mais de 5 quilômetros atuais. Do seu início na Avenida Brasília até a Avenida Inglaterra passamos por córregos e vales, por algumas das mais antigas construções da cidade, por bairros tradicionais, como a Vila Casoni, pelo centro cívico da Prefeitura Municipal de Londrina. Ademais ela abriga residências, antigos edifícios comerciais, galpões, escolas, grandes supermercados, bem como um rico e diversificado comércio, conhecido pelos moradores da cidade como um lugar em que é possível encontrar praticamente tudo o que se precisa em alguma de suas lojas, muitas das quais acumulam décadas de tradição. A “Duque”, como é popularmente chamada, é, portanto, retrato de Londrina - não só a de agora, mas a Londrina de várias épocas.

Neste livro, vamos nos debruçar no trecho limitado pelas ruas Benjamin Constant e Avenida Juscelino Kubitschek, compreendendo 20 quarteirões e 119 lotes. A escolha desse trecho em específico não é aleatória: a maior parte desses quarteirões já consta desde o primeiro plano da cidade, de 1932, desenvolvendo-se ao longo de uma das primeiras estradas de acesso à cidade que nascia, ligando o núcleo central de Londrina ao Patrimônio Heimtal, localizado a 8 quilômetros ao norte. Por conta desse caráter de porta de entrada da cidade, em especial no cruzamento com a estrada dos Pioneiros (que deu

origem à atual Avenida Celso Garcia Cid], a atual Avenida Duque de Caxias concentrou alguns dos primeiros estabelecimentos comerciais da cidade e abrigou em seus lotes recém-abertos na mata inúmeros novos residentes, dos quais muitos eram imigrantes das mais variadas nacionalidades. Essas famílias fazem parte da história da cidade até os dias de hoje, e muitas das construções em alvenaria das primeiras décadas ainda se conservam na paisagem urbana, exibindo seus velhos ornamentos de inspiração *Art Déco* sob a pátina do tempo.

Esta publicação é um dos resultados do projeto “Avenida Duque de Caxias: um patrimônio histórico entre permanências e transformações”, desenvolvido ao longo dos anos 2020 e 2021 com patrocínio do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC), um importante instrumento de promoção da cultura do município de Londrina, no norte do Paraná. Entretanto, este trabalho compõe uma das fases de um longo processo de pesquisa conduzido pela Profa. Dra. Eloisa Ribeiro Rodrigues, da Universidade Estadual de Londrina, que vem se debruçando sobre a Avenida Duque de Caxias desde 2015. Ao longo dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos sob seu comando, e contando com uma equipe de professores e estudantes pesquisadores, foi consultado e compilado um imenso acervo de documentação histórica que estavam esparsos em diversos arquivos na cidade, tanto públicos quanto acervos familiares. Esta pesquisa documental resultou em 119 fichas de inventário arquitetônico e uma ficha de inventário urbano-paisagístico que fazem parte da base de dados do município e estão disponíveis para a consulta pública. Além disso, foi elaborado um roteiro que sintetiza as informações levantadas na pesquisa, o qual foi entregue a diversos órgãos públicos e equipamentos culturais da cidade,

contribuindo para a educação patrimonial e para a valorização do patrimônio cultural cuja importância muitas vezes desconhecemos.

Nos próximos capítulos, convidamos o leitor a conhecer um pouco mais sobre a Duque de Caxias, sua importância como eixo de desenvolvimento da cidade, suas principais construções históricas, bem como as famílias e construtores que fizeram parte da história da nossa cidade. Além disso, vamos explorar um pouco as questões envolvidas no conceito de patrimônio contemporâneo e como sua preservação pode contribuir para a memória, identidade e desenvolvimento sustentável da comunidade.



Vestígios das camadas do tempo em edificação histórica. Esquina das avenidas Duque de Caxias com Celso Garcia Cid
Foto: Rei Santos | 2021

Patrimônio Cultural: o que é e por que é importante reconhecê-lo?

Quando pensamos em patrimônio, em geral, nos vêm à memória construções muito antigas ou de grande importância histórica ou artística, como as igrejas coloniais de Minas Gerais, os grandes palacetes das capitais, edifícios governamentais ou monumentos urbanos, como o Cristo Redentor. Aqui em Londrina, temos alguns edifícios que já são reconhecidos como patrimônio em nível estadual e até mesmo federal. Um dos exemplos mais significativos da cidade é a antiga rodoviária, atual Museu de Arte, que foi tombada pelo Estado do Paraná em 1974 (Inscrição Tombo 52-II, Processo Número 53/74) e elevada a monumento nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em maio de 2021. Isso significa que temos, aqui mesmo na nossa cidade, um importante exemplo da arquitetura moderna, o qual é reconhecido nacionalmente como um bem de grande valor cultural, sendo projeto de um dos maiores arquitetos brasileiros, João Batista Vilanova Artigas (1915-1985).

Mas e quanto à nossa primeira rua comercial, a Avenida Duque de Caxias? Ela também pode ser considerada um bem de valor cultural?

A noção de patrimônio histórico mudou muito ao longo das últimas décadas. O termo patrimônio tem origem latina (*patris*, “pai”) e remete às estruturas familiares e aos bens de valor que eram transmitidos pelas gerações como herança. Quando falamos de bens de valor coletivo, como a cultura, consideramos que esta herança é produzida, acumulada e transmitida ao longo das gerações, constituindo um corpo de manifestações típicas de determinada comunidade

que se torna marcador de identidade e instrumento de coesão social. No processo de seleção daquilo que permanece, do que muda e do que acaba se perdendo no tempo, construímos uma relação com o lugar e com o tempo, abarcando memórias, criando vínculos afetivos e pertencimentos. Isso é especialmente visível no patrimônio material, como é o caso das construções e ruas da cidade.



Detalhe da entrada de um sobrado na Avenida Duque de Caxias
Foto: Rei Santos | 2021



Existem vários tipos de bens patrimoniais. Dentro da classificação do patrimônio cultural, o mais antigo e mais conhecido é o patrimônio material, que consiste em edifícios, monumentos, cidades, obras de arte, lugares sagrados e outros objetos físicos, muitas vezes únicos ou raros. Nas cidades, os monumentos ocupam o espaço coletivo de forma fixa, o que facilita a transmissão de sua mensagem e de seu valor – reconhecemos a imagem de um personagem histórico eternizado numa escultura, a aparência antiga de um edifício histórico, a qualidade de algo reconhecido como uma obra de arte. Existem, no entanto, outros tipos de patrimônio, como o patrimônio imaterial, que podem ser ofícios, saberes, celebrações, formas de expressão e também lugares que abrigam práticas culturais coletivas transmitidas de geração em geração, adaptando-se ao longo do tempo. Alguns exemplos são: folclore, mercados, feiras, festas populares, danças, locais de práticas religiosas, artesanato e culinária típica, entre inúmeros outros.

Estas categorias não são, porém, separadas – todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial (valor, significado), assim como todo patrimônio imaterial precisa de um suporte físico (uma roupa, um ingrediente, um corpo, uma vestimenta), como defende Meneses (2012). No entanto, as particularidades de cada categoria exigem abordagens diferentes de cuidados na preservação. Como o patrimônio material geralmente é físico e único, sua preservação muitas vezes se dá por meio do tombamento, do inventário ou da sua conservação em museus, por exemplo. Já no caso do patrimônio imaterial, aquele tipo de manifestação cultural é possível replicar e não depende de um suporte único – desde que os saberes e métodos sejam conservados, pode-se perpetuar por outros agentes.

Desse modo, sua conservação se dá principalmente por meio do registro dos processos, métodos, e outros saberes envolvidos no processo. Além dessas duas categorias principais, existem diversas outras, que dizem respeito à especificidade daquele tipo de manifestação cultural, como patrimônio histórico (importante do ponto de vista da história); patrimônio natural, patrimônio industrial, patrimônio ferroviário, patrimônio indígena, etc.

Atualmente, o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, é visto de forma integrada e entrelaçada, pois as práticas sociais são muitas vezes indissociáveis do contexto. É o caso das paisagens culturais, categoria mais recente que unifica as particularidades naturais e culturais de locais específicos e reconhecíveis, buscando superar as categorias separadas. Um exemplo brasileiro é a paisagem cultural do Rio de Janeiro (“Paisagens Cariocas entre as Montanhas e o Mar”), que foi escolhida como a primeira paisagem cultural urbana considerada Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO, em 2012. A categoria abarca tanto a riqueza natural da cidade quanto suas inúmeras contribuições culturais singulares, sejam elas materiais ou imateriais.

Para saber mais: consulte o site do IPHAN, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Bibliografia complementar:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (orgs.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

Os diferentes valores atribuídos ao patrimônio cultural estão no adjetivo que o qualifica: patrimônio histórico, artístico, público, genético, entre outros. As primeiras noções de patrimônio cultural, ou seja, bens considerados de valor cultural, eram geralmente monumentos ou antiguidades, testemunhos singulares de grandes eventos ou civilizações. Esses edifícios, ruínas ou monumentos eram reconhecidos principalmente de forma isolada, como relíquias extraordinárias do passado que deveríamos conservar, por motivos culturais, e transmitir adiante. Na nossa cultura ocidental, essa noção surge a partir do Renascimento italiano, contexto em que vestígios das grandes civilizações da antiguidade foram compreendidos e passaram a ser valorizados e preservados. Nesse processo, o patrimônio cultural foi considerado um instrumento importante para a construção da identidade nacional, constituindo um acervo de símbolos que representem uma versão idealizada de história e identidade de determinado grupo social (CHOAY, 2001). Afinal, como afirma David Lowenthal (2015, p. 27), “edifícios – proeminentes, duráveis, aparentemente intrínsecos ao seu entorno – são um grande catalisador da identidade histórica coletiva”.

Esta interpretação de patrimônio perdurou até a passagem do século XIX para o XX, quando as discussões sobre o tema se tornaram mais complexas e amplas. Porém, a ideia de que o patrimônio histórico diz respeito às grandes obras, aos edifícios importantes e imponentes – portanto, excepcionais do ponto de vista da arte, da história ou da ciência –, ainda persiste em muitos locais. Inclusive, a excepcionalidade era o critério que se cristalizou em muitos documentos basilares que

orientam o campo da preservação do patrimônio, como o próprio texto da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e em diversos textos de legislação de salvaguarda.



A Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural foi adotada em 1972 pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura, a UNESCO. Esse documento busca incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados de valor significativo para toda a humanidade. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a convenção trata “de um esforço internacional de valorização de bens que, por sua importância como referência e identidade das nações, possam ser considerados patrimônio de todos os povos. Cabe aos países signatários desse acordo indicar bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.” (IPHAN, online). O Brasil ratificou a Convenção em 1978.

Para saber mais a respeito, acesse o site do IPHAN, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>. Acesso em: 31 jan. 2022.

No entanto, com o passar das décadas, a percepção de valor histórico e cultural foi ampliando, abarcando, então, múltiplas temporalidades, tipos de construções e práticas sociais, e até mesmo a área de sua abrangência, passando do monumento isolado a conjuntos de edifícios ou áreas urbanas de grandes dimensões (HENNING, 2019). O critério de “excepcionalidade” começou a ser discutido, levando em consideração que, ao procurar aplicá-lo, comumente eram reforçadas narrativas históricas oficiais e visões elitizadas de qualidade artística no processo de seleção e chancela de bens considerados de valor cultural pelos órgãos oficiais, desconsiderando ou considerando de menor valor as manifestações culturais populares e de grupos sociais marginalizados (SMITH, 2006).

Há muito a compreender a respeito de determinada sociedade observando seu patrimônio cultural: o que foi escolhido para permanecer e o que foi descartado e apagado. Os edifícios foram construídos em determinados momentos e alguns permaneceram enquanto outros foram substituídos, em função dos valores e das demandas de cada época – e este é um processo presente em toda sociedade, até porque a cidade é um organismo vivo e dinâmico. Uma vez que alguns edifícios são selecionados e protegidos legalmente por órgãos oficiais, estes adquirem um status de legitimidade e excepcionalidade. Nesse processo, autores contemporâneos, como Laurajane Smith, questionam o fato de muitas vezes parte significativa da sociedade ser excluída desse processo de construção do patrimônio coletivo, que determina por meio de discursos autorizados (SMITH, 2006) o que é ou não patrimônio – muitas vezes reforçando distorções estruturais, como preconceitos de classe, de raça/etnia ou coloniais. Com isso, com o passar dos anos, memórias se perdem no tempo enquanto outras, mais poderosas, se impõem na paisagem para sempre.

Esta dinâmica é particularmente visível no caso brasileiro: na chamada “fase heróica” do IPHAN, quando de sua fundação em 1937 (no contexto histórico do Estado Novo), havia uma intenção clara na seleção do que constituiria o patrimônio nacional, de acordo com o imaginário dos intelectuais modernistas. Foram selecionados e tombados edifícios significativos, como igrejas, construções governamentais e até conjuntos urbanos que datavam do período colonial, como é o caso de Ouro Preto, que foi elevado a monumento nacional em 1938. Embora os modernistas indicassem, de forma vanguardista, a necessidade de valorização da cultura popular material e imaterial, já no anteprojeto da primeira lei de preservação do patrimônio cultural brasileiro (Decreto-Lei n.º 25/1937), de autoria de Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade, no campo da preservação da arquitetura houve desinteresse por linguagens arquitetônicas consideradas inferiores de acordo com os critérios adotados à época. Os palacetes de estilo eclético de inspiração europeia foram algumas das obras desconsideradas – embora esta linguagem arquitetônica fosse dominante nas cidades brasileiras desde a segunda metade do século XIX. De forma similar, edifícios de inspiração *Art Déco*, tão presentes em cidades como Londrina e muitas outras cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1950, sofrem da mesma desconsideração, sendo frequentemente demolidos e substituídos e, salvo nos casos “excepcionais”, poucas vezes são reconhecidos como patrimônio. Vamos tratar mais do *Art Déco* logo adiante.

A partir do século XX, conjuntos de edifícios ou mesmo centros históricos inteiros das cidades passaram a ser compreendidos como dotados de valor histórico-cultural. Além disso, construções vernaculares – isto é, técnicas construtivas popula-

res e construções típicas de determinada localidade – também passaram a ser consideradas importantes, por serem marcadores da identidade e da paisagem urbana própria de uma região. Com a contribuição de outros enfoques profissionais, como as de antropólogos e lideranças culturais, o valor patrimonial deixou de dar ênfase apenas aos vestígios físicos das edificações e focou também nas diferentes práticas sociais que dão vida aos lugares, como as festividades, os modos de vida, o folclore, o artesanato, a culinária, as tradições. Ou seja, as novas abordagens priorizam as pessoas, os processos, dinâmicas e significados atribuídos ao patrimônio, e não apenas os objetos em si, em sua consistência física e material. Um exemplo significativo dessa compreensão mais abrangente do patrimônio cultural é um dos artigos que trata do tópico na Constituição Federal de 1988, o mais importante marco legal que define o que é patrimônio cultural brasileiro. Diz o texto:

Artigo 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

[BRASIL, 1988, art. 216].

As construções, sozinhas, pouco ou nada dizem sobre uma cidade. Conjugadas, porém, com a vitalidade cotidiana da vida urbana comum, a identidade

tão forte e típica de uma região potencializa o patrimônio como instrumento de memória, de construção da identidade e do sentimento de pertencimento. Esta abordagem vem sendo posta em prática na atuação de órgãos, como o IPHAN, por meio de iniciativas que aliam as ações de preservação e de intervenção física nos imóveis com iniciativas de incentivo ao desenvolvimento econômico sustentável e à permanência dos moradores tradicionais nos objetos da intervenção, entre outras ações. Outro indício dessa mudança de abordagem é o fato de que a maior parte dos bens culturais brasileiros listados como Patrimônio Mundial da Humanidade é composta por centros históricos, conjuntos de construções, práticas culturais imateriais e paisagens culturais, reforçando a importância de superar a visão do monumento isolado de valor excepcional como sinônimo de patrimônio histórico.

Ou seja, aquela ideia de patrimônio somente como algo muito imponente, antigo e importante está ultrapassada. O patrimônio atualmente é compreendido como algo que vai muito além de edifícios governamentais, grandes monumentos urbanos, igrejas e casarões de pessoas importantes. Se levarmos em consideração os principais destinos turísticos escolhidos em virtude de seus atrativos culturais, nota-se que a intenção dos visitantes é conhecer a cultura local como um todo. Ao visitar uma cidade histórica, é possível ter contato com as edificações, as ruas, as paisagens e atrativos da natureza (como orlas, mata, cachoeiras, entre outros), com os modos de vida tradicionais, com a comida e a música típicas, com festas e celebrações próprias do lugar, com o artesanato e com a vitalidade do cotidiano de sua população. É este conjunto de elementos que transmite a alma, a essência de uma cidade e que cativa tanto os moradores quanto os visitantes. A cidade é, afinal, uma construção social.

Esta percepção de que o patrimônio vai muito além da pedra e da cal fez com que a UNESCO, mais recentemente, adotasse outras abordagens sobre as cidades históricas. Em 2011, foram editados os *Princípios de La Valletta*, uma carta patrimonial que atualiza a Carta de Washington sobre o mesmo tema, em 1987 (INOUE, 2018). No texto mais recente, foi enfatizado que a cidade histórica é dinâmica, que se transforma conforme as demandas sociais, culturais e econômicas de cada época, compatibilizando com os vestígios históricos da paisagem urbana e dos modos de vida tradicionais. Ela não é um mero cenário congelado no tempo, sem vida - porém também não se transforma ao ponto de perder sua identidade e sua memória. A vitalidade da cidade é medida por esta conciliação sustentável entre o velho e o novo, o que faz com que ela se torne, com o tempo, singular e atraente. Diversos direcionamentos são oferecidos para garantir esse difícil equilíbrio, mas a percepção desse caráter complexo, pulsante e multifacetado do patrimônio urbano, que precisa da participação ativa de toda a comunidade, é o elemento-chave para garantir sua conservação e resistir à homogeneização e padronização pouco criteriosa de eventuais intervenções e ações de reabilitação. De forma similar, quando a comunidade compreende a importância e singularidade desses espaços, também é possível pensar em soluções que conciliam a memória e a cultura com o desenvolvimento, defendendo o patrimônio de um apelo predatório que desconsidera seus efeitos na paisagem urbana histórica. Afinal, embora muitas vezes não haja esta percepção em cidades e bairros mais novos, como é o caso de Londrina, uma rua simples e aparentemente sem grandes atrativos agora pode, em muito pouco tempo, se tornar um cartão postal da cidade e atrair visitantes interessados em vivenciar uma parte tradicional da cidade.

Com isso, retornamos à questão inicial: podemos considerar a Avenida Duque de Caxias um bem de valor patrimonial na cidade de Londrina?

Conforme as próximas páginas evidenciam, a Avenida Duque de Caxias é um exemplo dessa concepção contemporânea de patrimônio cultural. É a primeira rua comercial da nossa cidade que, entre transformações e permanências, se mantém assim até os dias de hoje. A avenida é um importante eixo de mobilidade urbana, por onde passa parte significativa dos londrinenses, seja de ônibus, de carro ou a pé. Ali estão algumas das mais antigas edificações comerciais em alvenaria da cidade, algumas das quais continuam suas atividades tradicionais até os dias de hoje. Famílias pioneiras, que ajudaram a construir a cidade, moram ou continuam tendo vínculos com esta rua. É uma avenida que abriga uma diversidade de usos, que acolhe um burburinho cotidiano entre lojistas, moradores, consumidores, trabalhadores, transeuntes. Sobretudo, é uma rua conhecida por todos, mesmo se muitos desconhecem toda a rica história por trás de suas singelas portas e janelas.

Avenida Duque De Caxias: o patrimônio histórico entre transformações e permanências

Caminhos históricos e conexões atuais

É impossível falarmos sobre a história e as origens da nossa Avenida Duque de Caxias sem falarmos sobre os caminhos históricos da região antes mesmo de Londrina se tornar município. Quando pensamos sobre esta cidade tão jovem, cuja fundação foi fruto de um projeto de parcelamento do solo empreendido por uma empresa de capital privado, podemos, por alguns segundos, imaginar uma cidade plantada em um território desocupado, como um projeto cujo traçado teria sido impresso em um papel em branco. Mas a verdade é que, além de alguns povos indígenas que sempre habitaram a região, neste território também havia algumas outras colônias e povoados. Assim, as antigas “picadas” que conectavam esses lugares foram incorporadas ao projeto da cidade de Londrina e hoje fazem parte da nossa estrutura viária - são ruas e avenidas que participam do cotidiano londrinense. É por isso que a história da Avenida Duque de Caxias é a história da cidade.

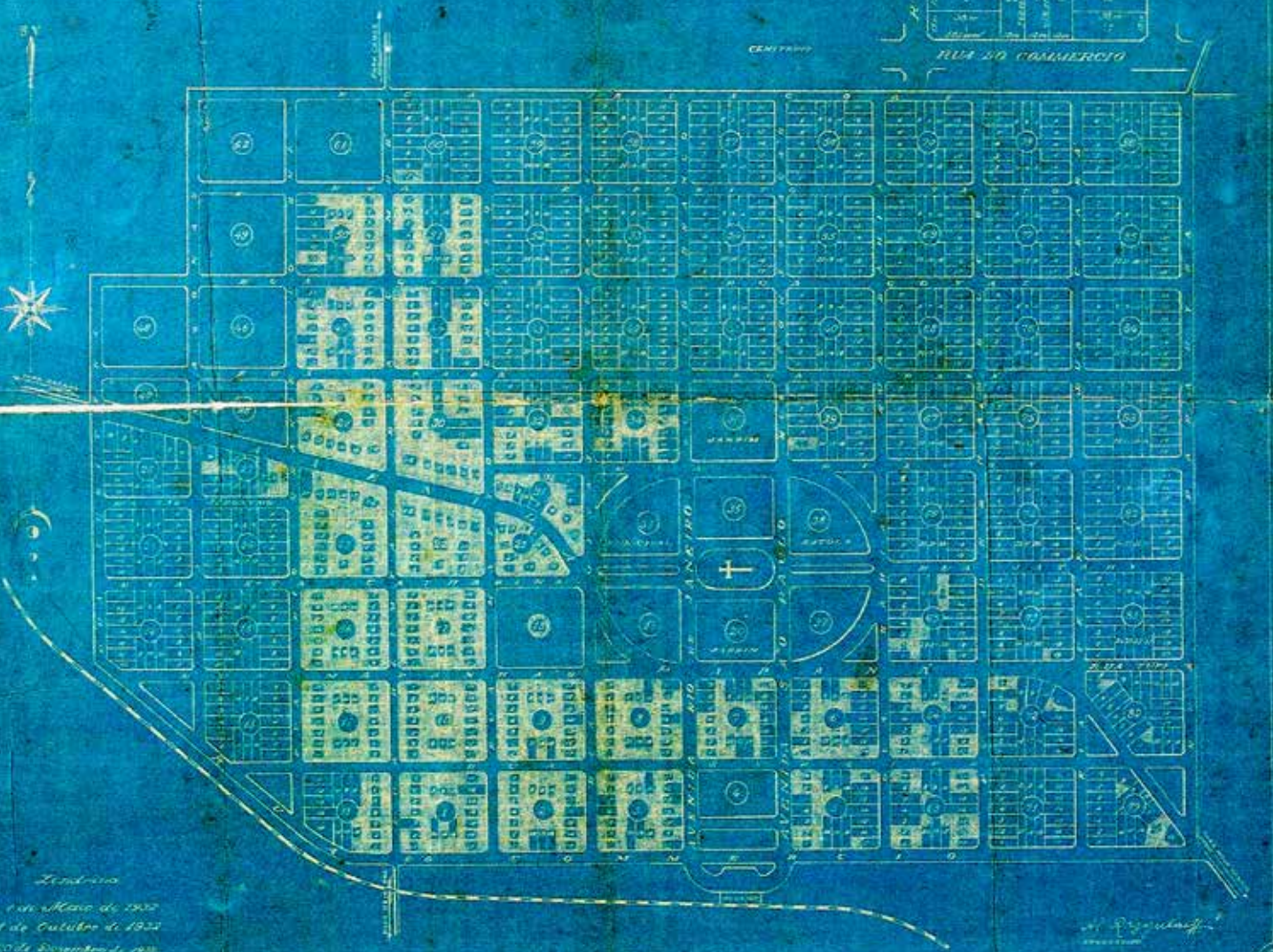
Londrina foi fundada em 1929 pela CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná) e tornada município em 1934. O trecho que hoje conhecemos como Avenida Duque de Caxias já estava indicado no projeto inicial da cidade, a Planta de Londrina, de 1932, também conhecida como a “Planta Azul” - concebida pelo engenheiro Alexandre Razgulaeff. Seu traçado já se mostrava uma importante conexão entre a região norte e a região sul do território.

Planta de Londrina, 1932
Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Cia de Terras Norte do Paraná

PLANTA DE LONDRINA

ESCALA 1:5000



Londrina
1 de Maio de 1950
1 de Outubro de 1952
10 de Dezembro de 1955

Eng. Oscar Niemeyer

No contexto regional, o trajeto onde hoje está inserida a Duque sempre foi considerado um elemento de conexão, assim como no sentido leste-oeste, que ligava Londrina aos povoados de Ibiporã, Rolândia e Nova Dantzig (atual Cambé).



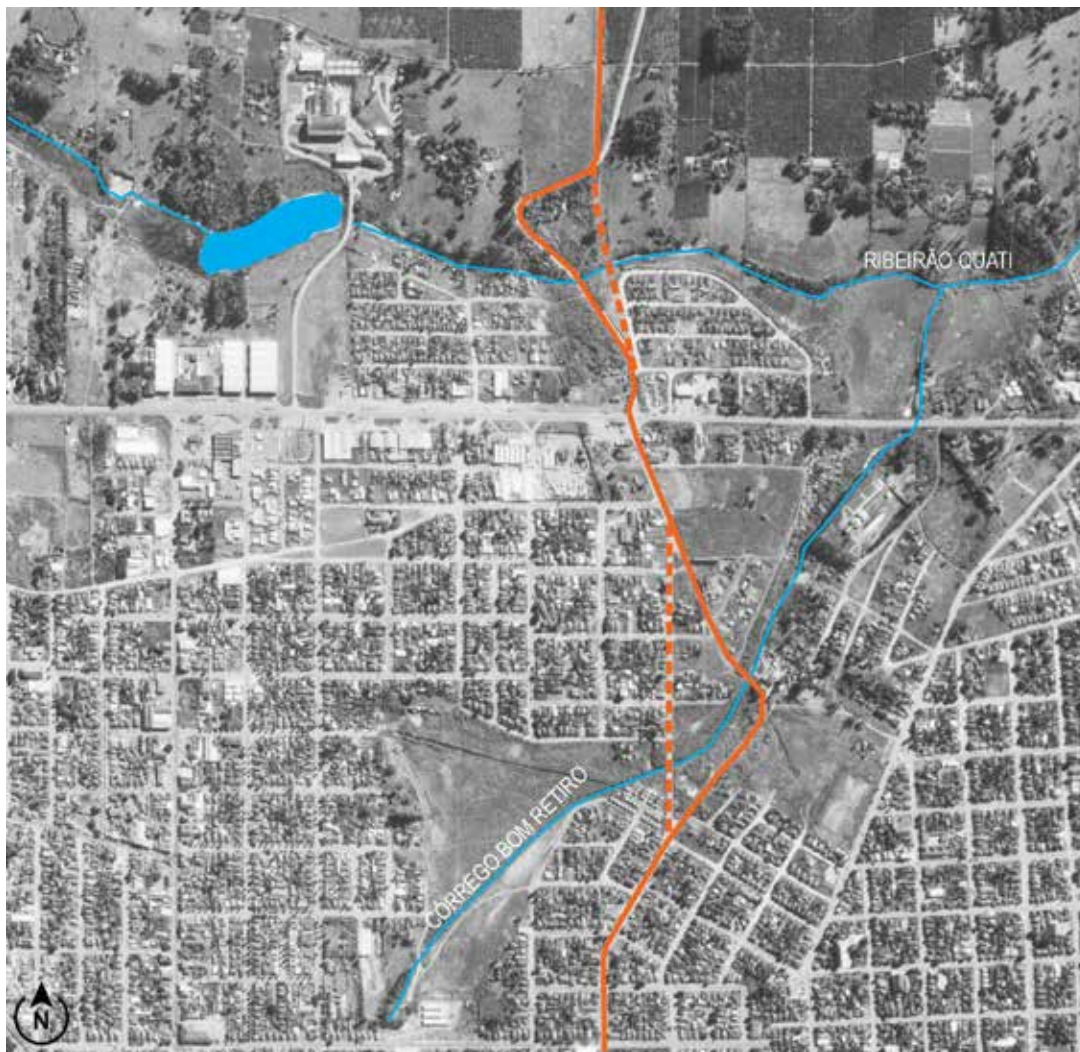
Esquema que mostra os cursos hídricos, os acessos e localidades próximas a Londrina na década de 1930
Fonte: Rodrigues (2019)

Mas nem sempre a Avenida Duque de Caxias teve esse nome. A partir da Av. Paraná, no sentido norte, se chamava Rua Heimtal. No sentido sul se chamava Rua Cambé, em referência ao ribeirão Cambé, onde, no final da década de 1930, foi instalada a primeira usina de geração de energia, localizada no atual Parque Arthur Thomas. Assim, este longo eixo era a mais importante ligação entre os antigos patrimônios Heimtal, ao norte, e Três Bocas, ao sul.



Acessos entre o patrimônio Heimtal (ao norte), a cidade de Londrina e o Ribeirão Cambé (ao sul). Av. Duque de Caxias tracejada em laranja, com destaque circular para trecho retificado
Fonte: Yamaki (2003a, p. 55), editada

Com o passar do tempo, este trajeto foi se consolidando e também passou por retificações em alguns dos seus trechos. O processo de expansão urbana também acabou por incluir o antigo patrimônio Heimtal como um bairro da cidade.



Percurso original da Av. Duque de Caxias em laranja, com sua posterior retificação indicada por linha tracejada
Base: Aerofoto de 1974
Fonte: Siglon (editado)

Além de Rua Heimtal e Rua Cambé, a Duque também teve outros nomes em sua história: chamou-se Rua Ruy Barbosa e Rua Marechal Deodoro. Em 1979 ela foi unificada e finalmente denominada Avenida Duque de Caxias.

Yamaki (2017) nos conta que o traçado original da Duque coincidia com a proposta do Ramal 2 da Estrada de Ferro Central do Paraná (EFCP, ajustada em 1925). Apesar do trecho ferroviário nunca ter sido executado, a especulação certamente despertou o interesse imobiliário na região. Em 1932, por exemplo, grande parte dos lotes situados ao longo da via já tinham sido vendidos. Antigos moradores contam algumas histórias, como a dos proprietários do memorável Hotel Luxemburgo, que teriam ouvido dizer que, em breve, ali passaria uma ferrovia.

Numa escala local, a Duque sempre foi um importante elemento de ligação entre o centro e os bairros, configurando importantes fluxos da cidade, direcionando o ir e vir dos londrinenses. A linha férrea que funcionou de 1935 a 1982, onde hoje é a Avenida Leste-Oeste, apesar de ter sido a mais importante infraestrutura de ligação regional, era também um elemento de ruptura do espaço urbano, delimitando centro e bairro. Àquela época, a Duque (então Rua Heimtal) era uma das poucas vias que permitia a sua transposição, favorecendo o deslocamento do centro para a região norte, em especial com a Vila Casoni, primeiro bairro fora dos limites do plano inicial. Relatos de moradores mais antigos afirmam que, pelo menos até meados da década de 1960, era comum ver o pessoal da Vila Casoni se deslocar a pé, ou por outros meios, cruzando a linha férrea na altura da Rua Benjamin Constant, para trabalhar no comércio da Duque.

Primeira Estação Ferroviária de Londrina, década de 1930
Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss





Parana (影撮尾松) ナーリドンロ ナラバ北 景風ルヅラフ

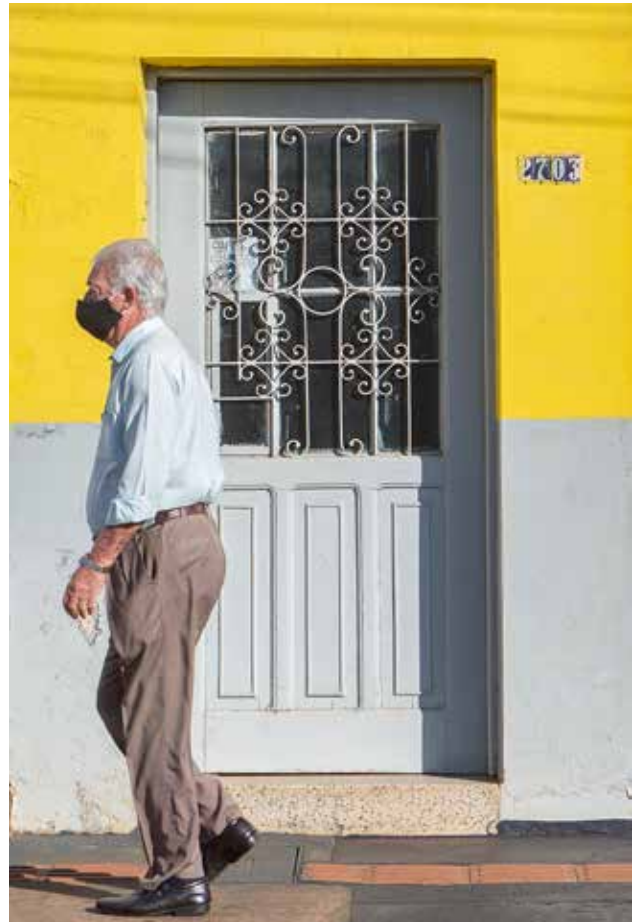
E assim, as expansões foram ocorrendo ao longo do tempo, tendo a Duque como um elemento de conexão com novos bairros, como a Vila Recreio e a Vila Casoni ao norte, e a Vila Ipiranga e a Vila Brasil ao sul.

A partir da década de 1950, a expansão urbana associada ao crescimento populacional avançou não apenas horizontalmente, aumentando os limites da cidade, mas também verticalmente, no centro da cidade, configurando uma paisagem cada vez mais urbana. Nesse processo, as atividades comerciais e de prestação de serviços foram se consolidando e se multiplicando no centro da cidade, fazendo surgir outras ruas de referência, como a Sergipe, a Paraná, a Quintino Bocaiúva, a Rio de Janeiro, a São Paulo, entre outras.

Nos anos de 1970, iniciou-se um processo de descentralização que se acentuou nas décadas seguintes, surgindo outras centralidades e, consequentemente, novas paisagens, práticas sociais e modos de valorização do preço da terra urbana. A expansão da cidade na direção norte e a implantação do centro cívico na porção sul contribuíram para a consolidação da Avenida Duque de Caxias como um eixo comercial e de conexão entre as regiões.

Abrindo portas, sonhos e negócios

Por sua localização estratégica, já nos primeiros anos da cidade, a Duque se consolidou como uma espécie de “porta de entrada” de Londrina e recebia pessoas que vinham de longe e de perto: investidores, famílias imigrantes e comerciantes que vieram se aventurar por essas terras.



Detalhe de uma porta de sobrado na Avenida Duque de Caxias
Foto: Rei Santos | 2021



Casa Central de David Dequech, década de 1930

Foto: José Juliani | Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

A pesquisa que deu origem a este livro identificou famílias procedentes de 15 diferentes nacionalidades que se estabeleceram na Avenida Duque de Caxias nas suas primeiras décadas. Agazarian, Anegawa, Antunes, Arata, Arias, Burihan, Camargo, Cherbaty, Chueri, Curado, Cursi, Dequech, Dias, Faria, Ferreira, Fonseca, Fujino, Gonzales, Hesselman, Horisawa, Ito, Izumi, Jondral, Jabur, Kalinowski, Kanda, Koch, Kuga, Lardin, Lawin, Manzano, Martins, Matsukura, Mondjian, Moro, Muramoto, Muton, Muzio, Nishimura, Noble, Oguido, Ohara, Perez, Rosemberg, Sahão, Sakuma, Santi, Schiavinatto, Schultheiss, Siedlac, Sorace, Sumizano, Suzuki, Tanik, Tozzetti, Truzzi, Ueda, Valdez, Victtori, Viscardi e Ziober são alguns dos muitos sobrenomes que contribuíram para a construção material e cultural da Avenida Duque de Caxias.

Grandes negócios que hoje ocupam reconhecida posição na economia londrinense abriram suas primeiras portas na Duque, que trazia sempre um frescor de novidade, introduzindo modos de consumo e novos estilos de vida urbana. Histórias de estabelecimentos que ali nasceram reforçam a importância da Duque no desenvolvimento econômico da cidade - no passado e no presente. A ordem da ocupação do território influenciou sua organização. No lado Heimtal, mais antigo da rua, destacavam-se os armazéns de secos e molhados, que se aproveitavam da proximidade com a estação ferroviária e do acesso privilegiado pela Rua Sergipe. O lado Cambé, mais tardio, ficou marcado pela presença dos hotéis, postos de combustível e serviços diversos, introduzindo novidades, como o Residencial Proost de Souza e o Hospital Ortopédico de Londrina.



Amélia Tozzetti Nogueira, que chegou em Londrina em dezembro de 1936, aos 3 anos de idade, relembra que, até o início da década de 1950, era comum na Duque, assim como em outras importantes vias, a passagem de “cargueiros ou tropas de muares vindas do Sul” e as “manadas de porcos tangidas pelos porcadeiros a pé”. Os porcos eram criados pelos “safristas”, vindos de São Roque [atual Tamarana]. Já as tropas de muares usavam “as trilhas estreitas e escarpadas da zona mais acidentada do Município.” (NOGUEIRA, 2004, p. 91).

Os tropeiros, tipicamente vestidos, estavam protegidos com botas, chapéus de abas largas e grandes mantas de lã que cobriam até o traseiro do animal, no caso de chover. Todos corriam para vê-las, admirá-las, sem poder imaginar que estas cenas não se repetiriam jamais (NOGUEIRA, 2004, p. 91)



Passagem do gado pela Av. Paraná, saída para Jatahy (atual Jataizinho), 1935

Foto: Carlos Stenders

Fonte: Choma *et al.* (2015, p. 52)



O Art Déco se refere a um estilo de arquitetura, decoração e artes gráficas que se consagrou na Exposição Internacional de Artes Decorativas de Paris, em 1925, e se espalhou pelo mundo a partir da década de 1930. Na arquitetura, foi uma linguagem intermediária entre o classicismo e historicismo do Eclético e a arquitetura arrojada e limpa do Modernismo que surgia na mesma época, sendo mais palatável inicialmente ao gosto burguês. As construções Art Déco se caracterizam pelas linhas e formas geométricas e racionalizadas; jogo de volumes e fachadas escalonadas; uso de platibandas, marquises e balcões em balanço; ênfase nas linhas verticais e demarcação das principais portas de entrada; janelas retilíneas, e ornamentos em grafismo e detalhes em relevo. Elementos clássicos, como colunas, frontões e cornijas eram estilizados de forma geométrica – mais fiel ao espírito da era da máquina e às influências das vanguardas artísticas modernistas ou influências étnicas, como a arte egípcia ou a mexicana pré-colombiana. Na sua composição, era comum o uso de simetria, axialidade e hierarquia, resultando em volume com base, corpo e coroamento marcados. As entradas imponentes são centralizadas ou na esquina, as quais podem ser chanfradas ou curvas. De acordo com Castelnou (2002), a influência do design em streamline norteamericano da década de 1940 resultava na adoção de fachadas com curvas aerodinâmicas, remetendo ao design náutico. No Brasil, o Art Déco foi muito presente nas cidades nas décadas de 1930 e 1940, sendo utilizado especialmente em edifícios comerciais de avenidas principais, atendendo a legislações urbanísticas que determinavam o uso de alvenaria nas fachadas. Por conta das tendências

De acordo com pesquisas realizadas em catálogos de endereços, como Informador Classificado do Paraná (INFORMADOR, 1955), havia a concentração de atividades comerciais do segmento alimentício, na época composto por armazéns de secos e molhados, mercearias, quitandas, açougues, peixarias, bares, cafés, restaurantes, churrascarias, sorveterias e confeitarias. De hospedarias simples, como pensões, ao sofisticado Hotel Luxemburgo, as atividades comerciais da rua supriam não só as demandas dos trabalhadores e dos moradores daquela região, mas também atendiam a população dos distritos rurais. À medida que a cidade se consolidava, o intercâmbio entre a economia rural e urbana se fortalecia, e a Duque foi cada vez mais se consolidando como um local de articulação desse processo.

Do cenário rural para a paisagem urbana

Até a década de 1950, Londrina era constituída predominantemente por construções em madeira. Havia um grande número de imigrantes carpinteiros, o material era abundante na região, propiciava agilidade no processo construtivo e tudo isso atendia à pressa das famílias em se instalar na cidade. No entanto, à medida que a economia local se desenvolvia, as construções em madeira eram substituídas pela alvenaria - num desejo de se despojar de um cenário ainda predominantemente rural para construir uma paisagem urbana de fato, e mais alinhada à pujança proporcionada pela atividade cafeeira. Foi nesse movimento de transformação da paisagem que nos anos 1930 e 1940 o estilo *Art Déco* chegou à cidade e se popularizou nas principais vias comerciais, como a Rua Sergipe e a própria Avenida Duque de Caxias.

Para saber mais:

CASTELNOU, Antonio. *Arquitetura Art Déco em Londrina*. Londrina: Midiograf, 2002.

CORREIA, Telma de Barros. *O art déco na arquitetura brasileira*. Revista UFG, [S. l.], v. 12, n. 8, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48295>. Acesso em: jan. 2022.

_____. *Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 47-104, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5493>. Acesso em: jan. 2022.

da época e da transição da arquitetura em madeira para a construção em alvenaria, Londrina não fugiu à regra e tem vários exemplares de arquitetura com elementos Art Déco na região do centro histórico, com destaque para o edifício sede dos Correios e Telégrafos. Na Duque, é possível encontrar elementos Art Déco nas edificações mais antigas, que datam das décadas de 1930 e 1940, como o edifício que pertenceu a Frederico Schultheiss e as construções da Império Tintas, a loja Chafic Tecidos, a Selaria São José e o Franz Hotel - este último um bom exemplo do Art Déco Streamline.



Elementos *Art Déco* presentes na fachada de estabelecimento comercial na Avenida Duque de Caxias
Foto: Rei Santos | 2021

Morar e trabalhar

Mas nem só de comércio se formou a Duque. Muitas pessoas que trabalhavam também moravam no mesmo endereço. Os grandes lotes permitiram a instalação tanto da atividade comercial como da vida privada. Inicialmente, as moradias consistiam em pequenas construções em madeira situadas no fundo dos lotes (algumas ainda existentes) ou anexadas na parte de trás dos salões comerciais. Enquanto o ambiente do trabalho abria-se para a calçada e estabelecia uma relação direta com o espaço público, a vida privada discretamente se colocava mais afastada da rua, podendo ainda ser notada por seus quintais e varais. Em pouco tempo essa configuração foi sendo substituída por apartamentos residenciais na sobreloja - os sobrados de uso misto. E assim, outros padrões também foram povoando a rua: salões comerciais com muitas variações e alguns edifícios de no máximo 5 pavimentos.

Falar da forma da cidade é falar também de suas edificações, e por meio dessa análise conseguimos identificar na Duque um modo de vida baseado numa estreita relação moradia-trabalho que se refletiu no espaço construído. O espaço compartilhado, com moradia aos fundos, acima ou separada apenas por uma porta forma o tecido urbano que ainda resiste ao tempo. E onde tem trabalho e moradia também tem encontros e conversas, como a discreta cancha de bocha e o antigo Bar União.

A Duque sempre teve de tudo um pouco, sendo essa a sua fama. Se no início se destacava pelo abastecimento primário, como insumos agrícolas, hoje oferece toda sorte de produtos e serviços. Pequenos comércios, como padarias, barbearias, tinturarias e ateliês de costura se colocam sutilmente em meio ao comércio geral para atender o dia a dia dos moradores da rua e do seu entorno.

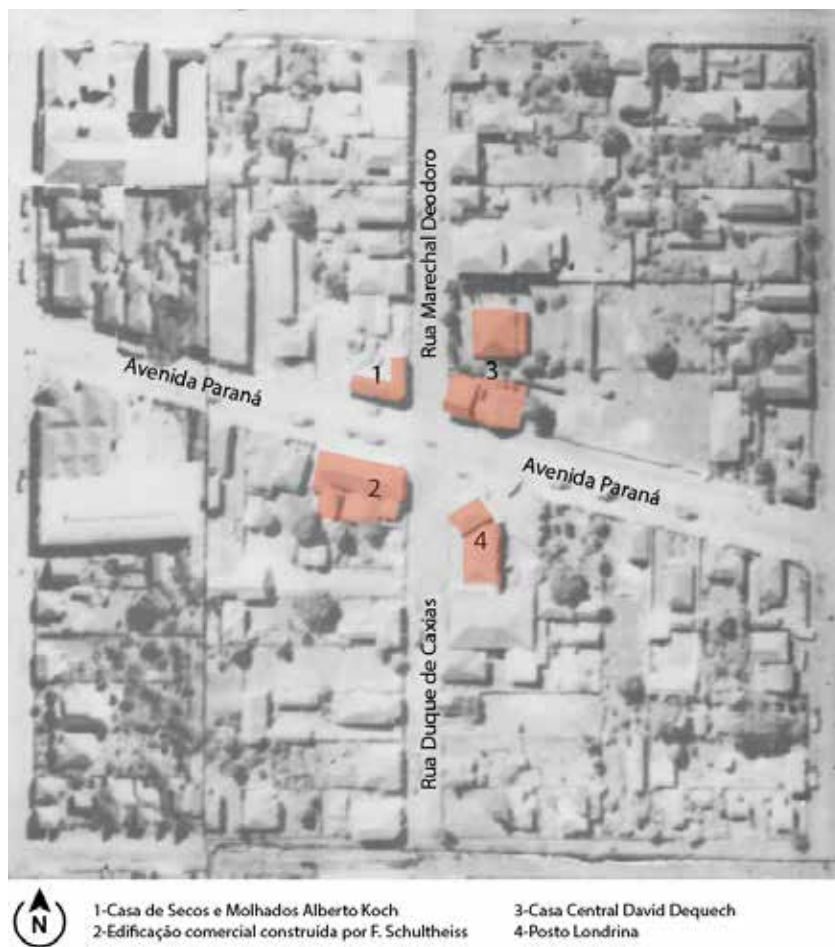


Moradia e comércio na mesma edificação
Ft: Rei Santos | 2021



As esquinas

As esquinas representam um importante elemento na paisagem e na dinâmica da Avenida Duque de Caxias, e foi justamente no seu cruzamento com a Avenida Paraná (atual Avenida Celso Garcia Cid) onde surgiram as primeiras casas comerciais.



Primeiros estabelecimentos comerciais indicados em vermelho, onde hoje é o cruzamento da Av. Paraná com Av. Celso Garcia Cid Base: Aerofoto de 1949 Fonte: Siglon (editado)



Cruzamento da Av. Paraná (atual Av. Celso Garcia Cid) com a Rua Cambé à esquerda e Rua Heimtal à direita (ambas a Av. Duque de Caxias atualmente), década de 1940

Foto: Carlos Stenders

Fonte: Choma et al. (2015)

Acervo: Foto Estrela / Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Um dos estabelecimentos desse histórico cruzamento foi uma casa de secos e molhados, considerada a primeira da cidade, de propriedade do imigrante alemão Alberto Koch.



Casa de secos e molhados, de Alberto Koch, década de 1930

Foto: Theodor Preising

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

O segundo estabelecimento foi a padaria de propriedade de Otto Frederico Schultheiss, considerada a primeira da cidade.

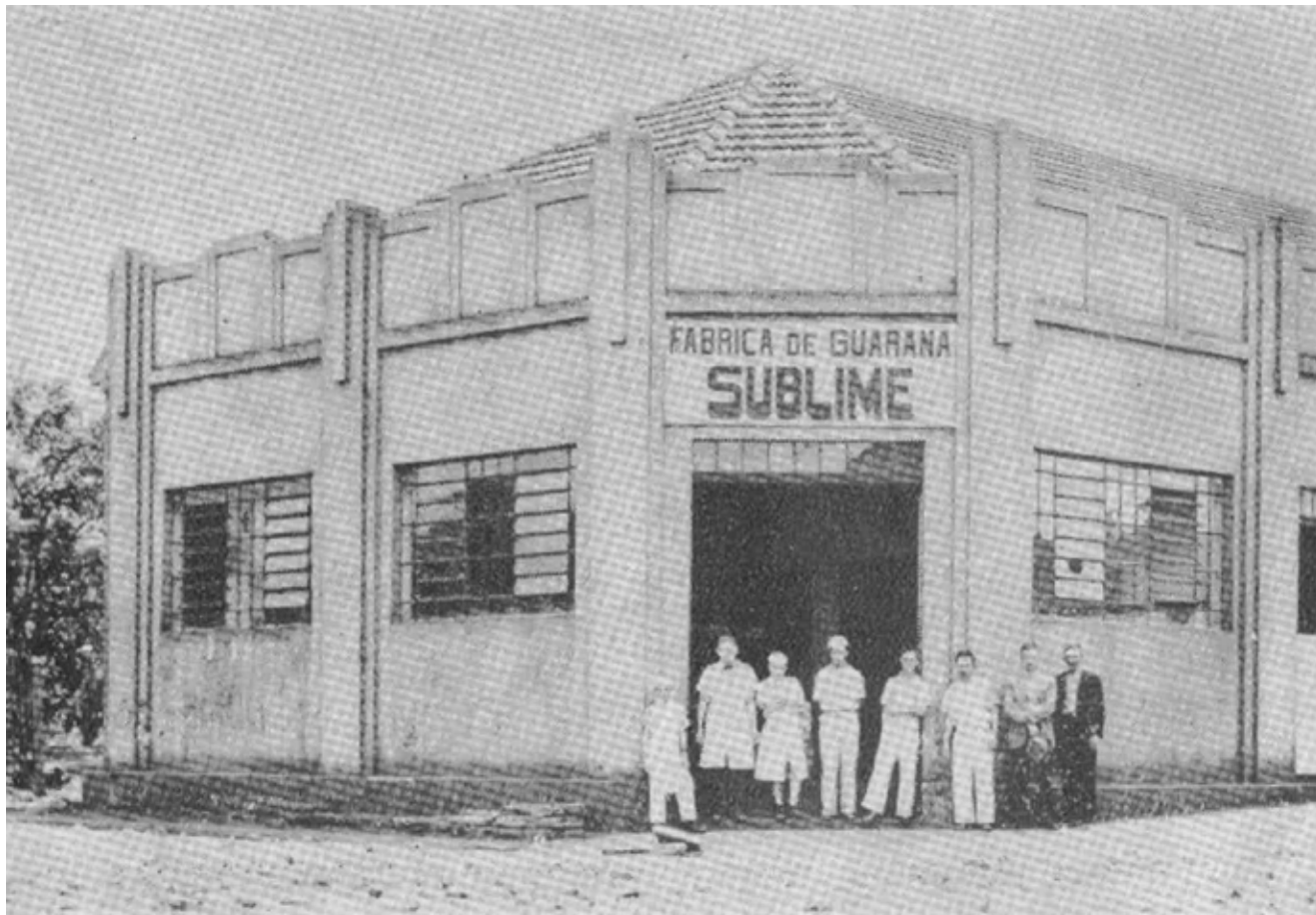


Primeira padaria de Londrina, localizada na Rua Heimtal, atual Avenida Duque de Caxias, década de 1930

Foto: Theodor Preising

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

O estabelecimento passou por diversas edificações no mesmo lote. As primeiras em madeira e, por último, uma construção que existe até hoje. Além da Padaria do Sr. Schultheiss, posteriormente funcionaram outros comércios importantes ali, como a **Padaria Esmeralda**, de Antônio Colli Filho, e a **Fábrica de Guaraná Sublime**.



Fábrica de Guaraná Sublime | Reprodução Álbum Londrina, 1941
Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Apesar de seu atual mau estado de conservação, a linguagem arquitetônica original não sofreu modificações e por isso se tornou uma edificação simbólica e marcante do centro da cidade, sendo a primeira em alvenaria construída naquele lote, em 1939, com elementos de inspiração *Art Déco*.



Edificação da década de 1930 no cruzamento das avenidas Duque de Caxias e Celso Garcia Cid
Foto: Rei Santos | 2021

Abastecendo o progresso

Na terceira esquina, em frente à propriedade de Alberto Koch, funciona um posto de gasolina desde 1950. Originalmente, esse lote pertenceu ao imigrante libanês David Dequech, um dos fundadores e o primeiro presidente da ACL (Associação Comercial de Londrina), em 1937, hoje conhecida como ACIL

(Associação Comercial e Industrial de Londrina). Dequech, assim como Koch, adquiriu os lotes no início da década de 1930, e em 1932 inaugurou a **Casa Central**, considerada o terceiro estabelecimento comercial da cidade, onde se vendia todo tipo de produto.



Casa Central David Dequech, anos de 1930

Foto: Theodor Preising

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Em 1937, ao lado do comércio também foi construída a residência da família, em alvenaria, que ficou conhecida como o “palacete dos Dequech”.



Palacete da Família Dequech, 1937

Foto: José Juliani

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Na quarta e última esquina do cruzamento com a antiga Avenida Paraná, em 1946, havia uma oficina de carros, atividade iniciada pela família Jabur, que posteriormente expandiu os negócios para o ramo de caminhões para atender à produção agrícola. A edificação ainda existe e continua a carregar elementos que definem seu caráter

histórico, como o volume principal, o bloco frontal inclinado e outros detalhes construtivos internos. Atualmente, funciona no local uma loja de tintas. A exemplo desta, as primeiras edificações mostram-se robustas o suficiente para perdurar ao longo do tempo, conseguindo sediar tanto antigas quanto novas atividades.



Edificação da década de 1940 parcialmente modificada no cruzamento das avenidas Duque de Caxias e Celso Garcia Cid
Foto: Rei Santos | 2021

O Armazém Dias Martins

Na esquina da Rua Benjamim Constant, o pioneiro Henrique Parêja Manzano construiu em 1946 um armazém para o comércio de secos e molhados, atividade essencial antes da existência dos supermercados.

Mais tarde, o imóvel foi adquirido pela empresa Dias Martins S/A, uma das maiores no ramo de distribuição varejista que atuou no norte do Paraná. A curvatura aerodinâmica de sua fachada, com linhas simplificadas e quase desprovidas de ornamentação indicam a influência do *Art Déco Streamline* (CASTELNOU, 2002).



Edificação da década de 1940 com características do *Art Déco Streamline*. Aqui funcionou o Armazém Dias Martins
Foto: Rei Santos | 2021

O 1º lote da 1ª quadra

Na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Benjamin Constant é onde a CTNP instalou o primeiro quarteirão e o primeiro lote oficial da cidade. O imóvel pertenceu ao imigrante pioneiro João Schiavinatto, oriundo de Treviso (Itália) e vindo da

cidade de Presidente Bernardes (SP) para Londrina com sua família. No alto da fachada da edificação de esquina, encontramos registrada a data de "10-1-1937" (ainda que na imagem de 1935 ela já apareça construída). Nesta edificação, destaca-se a integridade, com os ornamentos *Art Déco* claramente reconhecíveis.



Vista de Londrina na década de 1940. Em destaque a edificação comercial em alvenaria de João Schiavinatto, na esquina das ruas do Comercio (Benjamin Constant) e Heimtal, à época

Foto: Hans Kopp

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss



Edificação da década de 1930 que ocupou o Lote 1 da Quadra 1 da planta inicial de Londrina
O destaque na fachada mostra a possível data de conclusão da construção "10-1-1937"
Foto: Rei Santos | 2021

A Padaria Aurora

Na década de 1950, entre as ruas Benjamin Constant e Sergipe, localizava-se a Padaria Aurora, onde hoje funciona uma loja de móveis usados, no nº 3754. O lote pertenceu à família Muramoto, imigrantes japoneses residentes na cidade desde 1934.

Em uma das salas comerciais daquele edifício também funcionou a primeira sede do famoso **Posto das Bicicletas**, fundado pelo Sr. Benedito Minervino de Oliveira. O pioneiro morou no local com toda a família e consolidou seu negócio que até hoje é ativo em Londrina.

Edificação onde funcionou a Padaria Aurora na década de 1950 e também o Posto das Bicicletas
Foto: Rei Santos | 2021





Aqui nasceu a Gráfica Ipê

No imóvel de número 3644, um barracão comercial de formas simples, funcionou a conhecida Gráfica Ipê - empresa da família Malucelli, fundada em 1966. A ideia de incorporar um espaço para a

“tipografia” surgiu desde a aquisição do lote em 1960. Na verdade, a edificação térrea foi projetada para ser um sobrado com lojas na calçada e apartamentos em cima, porém o pavimento superior não chegou a ser construído. Assim como em outros locais da Duque, alguns sonhos não foram concretizados.



Edificação onde funcionou o Gráfica Ipê
Foto: Rei Santos | 2022

A primeira Loja Riachuelo

O sobrado na esquina da Rua Maranhão é uma construção da década de 1940 e apresenta uma tipologia comum na Avenida Duque de Caxias - uma edificação comercial que concilia residência

no pavimento superior. Neste local funcionou a primeira unidade das Lojas Riachuelo em Londrina, na década de 1950. O escalonamento da platibanda sobre a entrada, localizada na esquina em curva e com ornamentação simples, remete à tendência *Streamline* do *Art Déco*.



Edificação da década de 1940 com filiação ao *Art Déco Streamline*, onde funcionou as Lojas Riachuelo nos anos de 1950
Foto: Rei Santos | 2021

Casa Vila Real

Entre as décadas de 1960 e 1980, o cruzamento com a rua Maranhão era famoso e muito frequentado por situar a matriz do Supermercado Casa Vila Real, que contava com filiais na cidade e região. A empresa foi uma importante referência para a formação do segmento de varejo de alimentação em Londrina e representou a transição das casas de secos e molhados para as atuais redes de supermercados.



Foto 1:
Vista da Casa Vila Real na
Rua Duque de Caxias durante o *Concurso
Locomotiva* - prêmio caminhão Ford F-600 | Déc.1960
Fonte: Acervo Museu Hist.de Londrina Pe. Carlos Weiss

.....

Foto 2:
Esquina onde funcionou a Casa e
depois Supermercado Vila Real
Foto: Rei Santos | 2021

Farmácia Santa Terezinha

Em frente à Casa Vila Real, no mesmo cruzamento com a Maranhão, situava-se a Farmácia Santa Terezinha, instalada no pavimento térreo do imóvel, construído em 1961 pelo pioneiro Jan Ziober. A edificação é referência na paisagem da Duque.



Edificação onde funcionou no pavimento térreo a Farmácia Santa Terezinha
Foto: Rei Santos | 2021

Edifício Vittori: uma inovação

Com sua fachada arredondada e revestimento em litocerâmica, o Edifício Vittori traz o nome de seu idealizador, o pioneiro e imigrante italiano Giuseppe Vittori. Construído em 1952, o prédio é destaque na esquina da Duque com a Rua Santa Catarina, sendo o primeiro edifício da via com 4 pavimentos. O projeto, de autoria do engenheiro civil Odilon Borges de Carvalho, é notável pela qualidade arquitetônica com inspiração *Art Déco*, expressa pela planimetria em *streamline*; pelo acesso pela esquina e pelo desenho da platibanda com friso em relevo, além de seus ares de modernidade que acompanharam a tendência de verticalização do centro nos entornos da igreja matriz, demonstrando que Vittori acreditava no crescimento da cidade e no potencial da localidade.

Edifício Vittori, década de 1950 - esquina
com a Rua Santa Catarina
Foto: Rei Santos | 2021





O espírito estudantil

A efervescência cultural e política da jovem Londrina, cujo caráter vanguardista marca sua história, também tem seu endereço na Duque, mais especificamente no número 3241. Nos anos 1950, estabeleceu-se ali a União Londrinense de Estudantes Secundaristas (ULES) que abriu as portas da cidade para os movimentos estudantis. Atualmente, a edi-

ficação é sede do MARL, dirigida pelo Movimento dos Artistas de Rua de Londrina (MARL). Além de abrigar as mais diversas produções artísticas, o local é palco de discussões e ações político-culturais.

Mais do que o valor material do edifício, pode-se dizer que o local é um patrimônio imaterial de Londrina, porque, além de suas estruturas, importa o que acontece ali dentro. Trata-se de um lugar de exercício do pensamento democrático e da liberdade das artes.



Antigo prédio da União Londrinense de Estudantes Secundaristas (ULES) onde funciona atualmente o Movimento dos Artistas de Rua de Londrina (MARL) | Foto: Rei Santos | 2021

Chafic Tecidos

Construída entre os anos de 1945-1952, esta edificação pertenceu inicialmente ao pioneiro Neman Sahão, da família idealizadora do Hotel São Jorge, atual Edifício Sahão. Posteriormente, foi vendida ao “patrício” Chafic Burihan, que adaptou o local para, em 1991, receber a sua tradicional loja de tecidos, que

anteriormente funcionava no piso térreo do Franz Hotel. Sua fachada se destaca pela notável conservação e pelos elementos típicos da arquitetura *Art Déco*, marcando de forma ritmada as prumadas do edifício e sua entrada principal localizada na esquina. De tão longeva, a Chafic Tecidos é um dos estabelecimentos formadores da identidade da Duque e que ainda participa da sua dinâmica e da economia local.



Chafic Tecidos - edificação que conserva elementos típicos da arquitetura de filiação ao *Art Déco*
Foto: Rei Santos | 2021

Selaria São José

Construída em 1936 e reconhecidamente um estabelecimento pioneiro na cidade, a Selaria São José é um exemplo típico do modo de ocupação da Duque. O imóvel é composto por um salão comercial junto à calçada e uma residência anexa (possivelmente ocupada pelo comerciante), separados apenas por uma porta. Sua notoriedade é reforçada pelos elementos

Art Déco que ganham destaque na fachada chanfrada, nos frisos marcando as prumadas e na platibanda escalonada. Além da preservação do edifício, o próprio estabelecimento é testemunho de uma atividade e de um modo de vida que não mais participa do cotidiano das cidades - o transporte via tração animal. Ainda assim, a Selaria São José resiste ao tempo e é um dos mais significativos elementos de permanência da Avenida Duque de Caxias.



Edificação da década de 1930 com elementos de filiação ao *Art Déco*

Foto: Rei Santos | 2021

Luxemburgo, América e Franz

O Franz Hotel é um dos elementos de permanência mais conhecidos da Duque, mas que também tem uma história de transformações ao longo do tempo. Antes de se tornar o que conhecemos hoje, havia uma edificação em madeira, com a mesma atividade comercial, denominada Hotel Luxemburgo - um dos primeiros hotéis de Londrina, quando o município se consolidava como “a cidade de madeira”. Anos depois, foi substituído pela atual edificação em alvenaria, sendo posteriormente denominado Hotel América, Hotel Aliança (em 2004) e, hoje, Franz Hotel. A arquitetura do edifício construído por Wladyslaw Koscialkowski é considerada por Castelnou (2002, p. 121) como uma “[...] importante referência londrinense do estilo *Art Déco*”, por sua “[...] planimetria arredondada, a entrada de esquina, as platibandas geometrizadas, os frisos e molduras nas aberturas”.



Foto 1:

Hotel Luxemburgo, década de 1930

Autor: Theodor Preising.

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

.....

Foto 2: Retrato em frente ao Hotel Luxemburgo, 1938

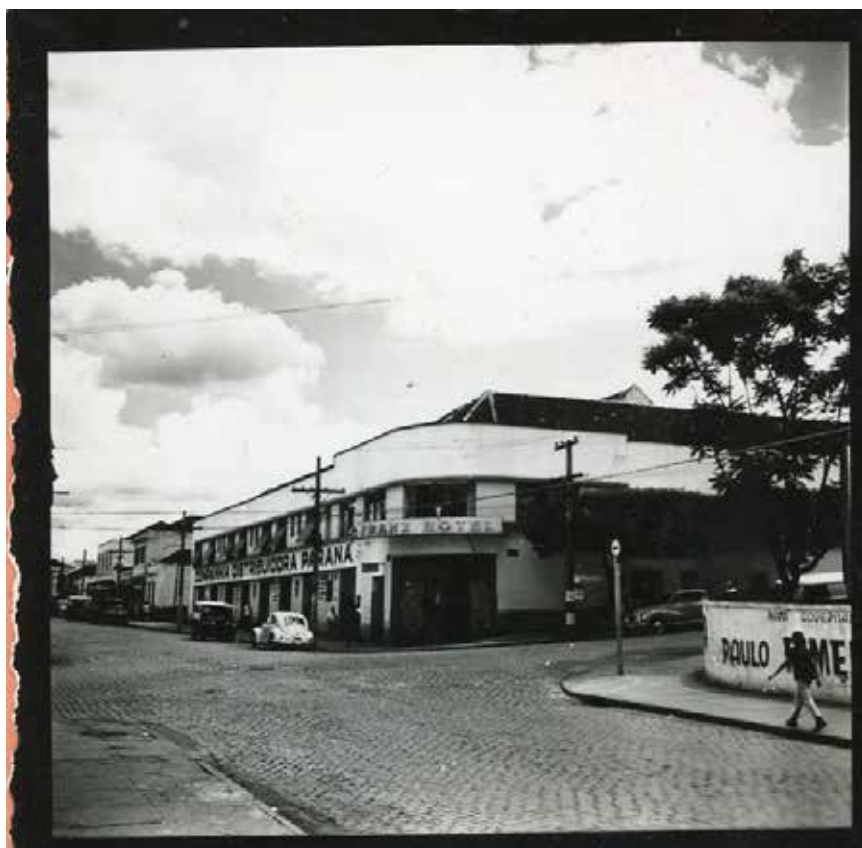
Alguns homens identificados: Severo Canziani, Guilherme B. de Abreu Pires, Willie Davids, David Dequech e Hikoma Udihara. Coleção Família Canziani

Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss



Os hotéis que funcionaram ali testemunharam não apenas o desenvolvimento econômico, mas a vida social de Londrina – contando com grandes festas, bem como com hóspedes e convidados ilustres da vida política brasileira e londrinense. Puxando o fio da memória, Amélia T. Nogueira se lembra da agitação do Hotel Luxemburgo, vizinho à casa de sua família, que “foi sempre muito movimentado, palco de jantares,

bailes com trajes longos para mulheres e *smoking* para os homens, recepções, reuniões de clubes e de serviços, e também festas carnavalescas [...]”. (NOGUEIRA, 2004, p. 86-87). E para além dos fatos e hóspedes notórios também existe ali a história do cotidiano de seus funcionários que, com trabalho diário e quase invisível, contribuíram para o desenvolvimento da economia e dos negócios na cidade.



Franz Hotel, 1967
Foto: Oswaldo Leite
Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Um karaokê no subsolo

A edificação situada no número 3.010, entre as ruas Goiás e Espírito Santo, está ligada à trajetória dos imigrantes e pioneiros Guilherme e Lídia Lawin que chegaram em Londrina em 1936. Um ano depois, em 1937, a família adquiriu este lote onde fixou residência e, em 1950, fundou o Lar Hotel, inicialmente construído em madeira. Ainda em 1950, a casa de madeira foi substituída por outra em alvenaria e, em 1956, aproveitando-se do imóvel existente, foi construída uma edificação de 3 pavimentos com subsolo e terraço, sendo ampliada posteriormente, em 1974.

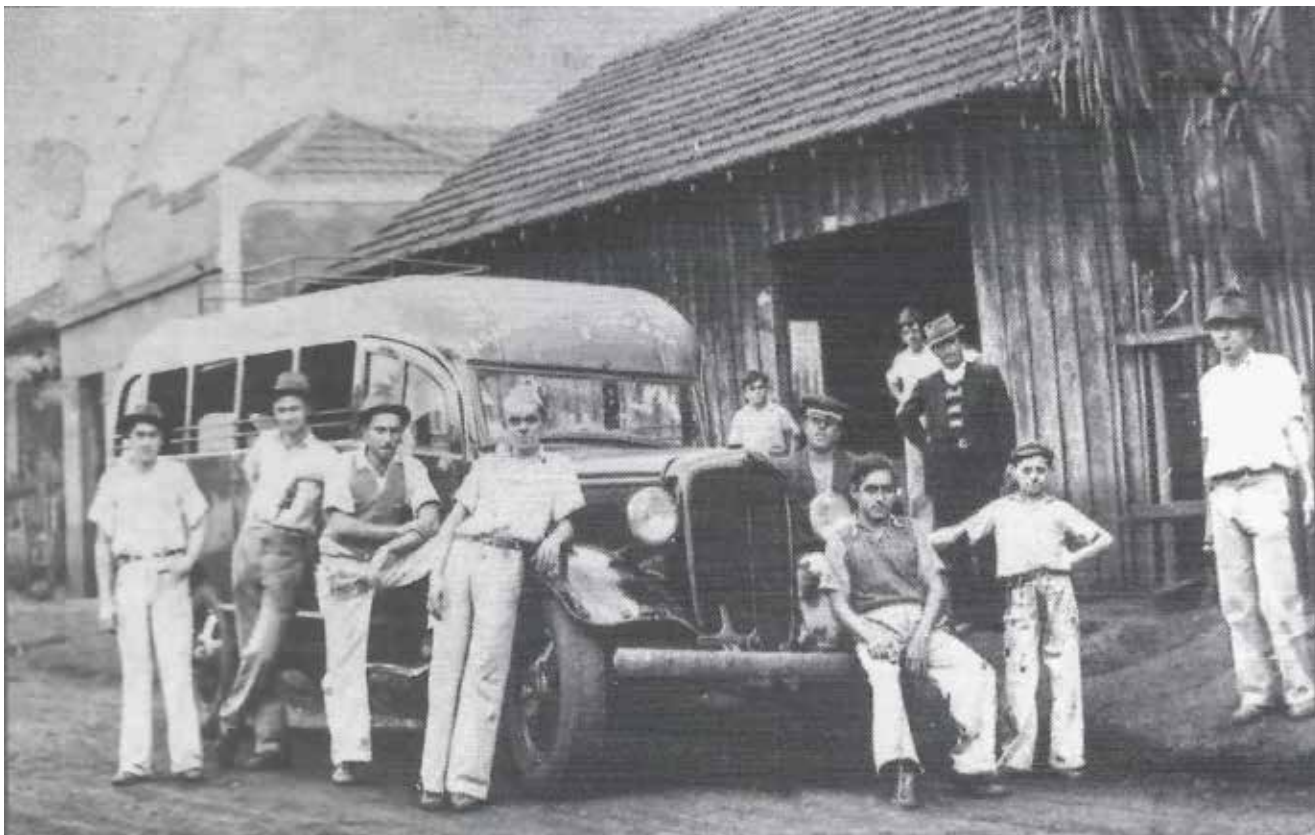
As colunas no térreo oferecem um espaço coberto rente à calçada, formando uma *loggia* (galeria). A fachada apresenta linhas em relevo que emolduram a estrutura da edificação, mostrando sua fisionomia racional. Por muitos anos funcionou no seu subsolo o bar-karaokê Canto Livre, um dos mais conhecidos na cidade, uma atividade noturna que se distinguia em meio ao comércio diurno da Duque. Atualmente, os antigos quartos do hotel foram adaptados e abrigam salas comerciais.



Entrada do edifício onde foi o Lar Hotel. No subsolo funcionou por anos o bar-Karaokê Canto Livre
Foto: Rei Santos | 2021

Os Tosetti e as carroças

Entre as ruas Goiás e Espírito Santo, imediatamente ao lado do Hotel Franz, está localizado o Lote 4 da Quadra 51 cujo valor histórico está relacionado justamente ao que não existe mais. Ali funcionou uma oficina de carroças, carroções, cabines de ônibus e de caminhões que pertenceu à família Tosetti até a década de 1970. Elias Tosetti, avô de Amélia Tozzetti Nogueira, era um imigrante italiano, carpinteiro, vindo do estado de São Paulo e que abriu seu estabelecimento em 1936, na então Rua Cambé, porção sul da atual Avenida Duque de Caxias. Funcionando por anos no mesmo local, os Tosetti prestavam serviço principalmente aos moradores da área rural (região dos Três Bocas) que encontravam na Duque os suprimentos e serviços necessários para suas atividades no campo.



Oficina Paulista que pertenceu à família Tosetti, localizada na antiga Rua Cambé. Ano da foto 1942
Fonte: Nogueira (2004, p. 47)

Um novo modo de morar

A primeira ocupação dos Lotes 19 e 20 era de barracões de madeira que abrigavam máquinas de beneficiamento de café. Em 1965, os barracões foram finalmente substituídos pelo Edifício Proost de Souza, o primeiro conjunto habitacional construído na Duque e que leva o nome do seu proprietário. O empreendimento é composto por 4 blocos de 3 e 4 pavimentos cujo projeto é de autoria do engenheiro civil Américo Sato. Um armazém de café funcionou por alguns anos no subsolo do prédio, onde atualmente funciona uma empresa de tecnologia.



Edifício Proost de Souza - primeiro conjunto habitacional construído na Avenida Duque de Caxias na década de 1960
Foto: Rei Santos | 2021

União e pioneirismo

Dentre os tradicionais comércios existentes na Duque, o imóvel de número 2.749, entre as ruas Cambará e Alagoas, sediou o memorável Bar e Padaria União. Construído em 1945, esse prédio traz em seu projeto o desenho de salão comercial e residência em

uma unidade, no qual consta a autoria do engenheiro civil Harry Baer Bottmann. Com o passar dos anos, os detalhes, como frisos e elementos geométricos da fachada que remetem ao estilo *Art Déco*, foram removidos. Apesar disso, o edifício ainda mantém a platibanda e a volumetria, sendo representativo dos meios e modos de ocupação constituídos na Avenida Duque de Caxias.

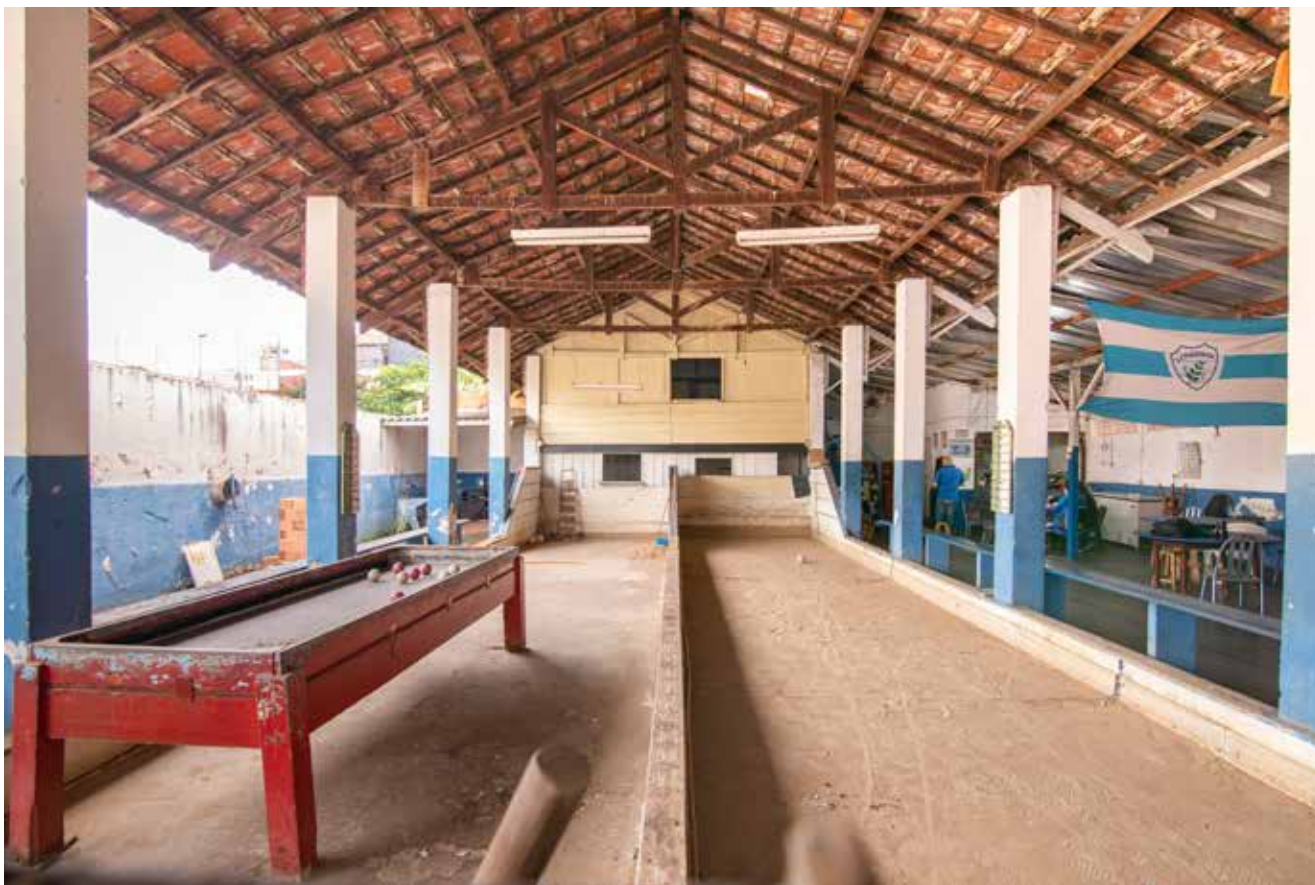


Edificação da década de 1940 com detalhes da filiação ao *Art Déco*
Foto: Rei Santos | 2021

O clube atrás da porta

Uma curiosidade que poucos sabem é que, imediatamente ao lado do antigo Bar União, existe uma cancha de bocha, esporte tradicional na Itália. Localizada discretamente nos fundos de um estabelecimento comercial, a cancha foi construída no início da década de 1960.

No final da década de 1980, o clube contava com cerca de 50 sócios, mas também era aberto a não-sócios, o que auxiliava na renda para manutenção do local. Apesar da cancha não estar mais ativa, sua existência é um dos vestígios históricos da Avenida Duque de Caxias que resiste ao tempo e que mantém o espírito de clube, pois atualmente amigos se encontram ali para confraternizar e jogar seu carteadado.



Ponto de encontro social. Cancha de bocha do início da década de 1960, localizada nos fundos do lote de um edifício comercial
Foto: Rei Santos | 2021

O Hospital Ortopédico

A esquina das avenidas Duque de Caxias e JK (antes rua Jacarezinho) indicava, simbolicamente, o final da cidade daquelas primeiras décadas. Nesta esquina funcionou a Clínica de Ortopedia e Traumatologia de Londrina, mais conhecida como Hospital

Ortopédico. Construído na década de 1970, este edifício foi referência como polo de serviços médicos desta especialidade. Mesmo relativamente recente na história da Duque, tanto a edificação quanto a sua atividade representam a diversidade da avenida e a sua capacidade de acompanhar os diferentes tempos da história da cidade.

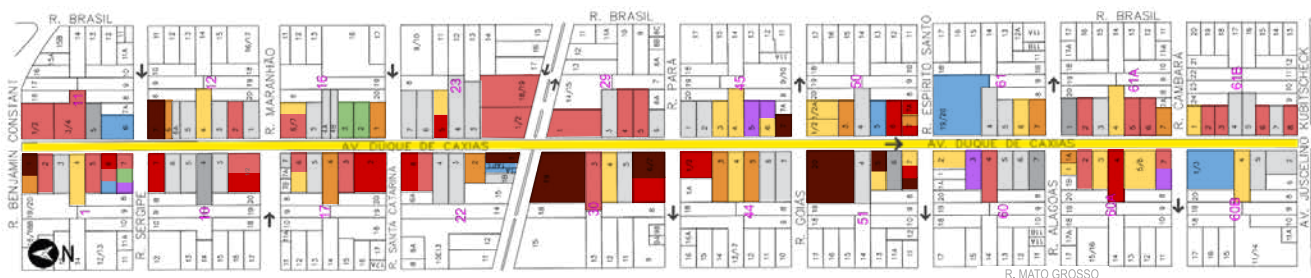
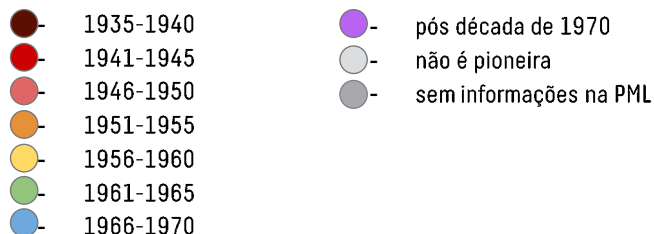


Edificação onde funcionou por anos o Hospital Ortopédico
Foto: Rei Santos | 2021

As edificações pioneiras

A pesquisa identificou que no trecho de estudo da Avenida Duque de Caxias 65,9 % das edificações são pioneiras. Foi considerada “pioneira” a primeira construção em alvenaria de tijolos ainda existente em cada lote e também algumas edificações em madeira (visto que em alguns casos elas ainda existem nos fundos dos lotes).

EDIFICAÇÕES PIONEIRAS



Planta do trecho histórico da Avenida Duque de Caxias com a identificação das edificações pioneiras por período

Base: Setor Cadastro Imobiliário da Prefeitura do Município de Londrina

Fonte: Rodrigues (2019)

O levantamento não considerou o grau de preservação dos imóveis, uma vez que, pelo fato da Avenida Duque de Caxias sempre ter tido um predominante uso comercial, os imóveis em geral foram sofrendo diversas alterações tanto internas quanto externas, de modo a se adaptarem às necessidades de cada ramo ou atividade ao longo do tempo. Apesar de muitas dessas transformações terem subtraído elementos arquitetônicos originais, o volume e a altura dos imóveis seguem preservados, resultando também na preservação do tecido e da paisagem urbanas.

As edificações baixas dão um caráter mais horizontal do que vertical à avenida. O Conjunto Vânia Cristina, um condomínio residencial entre as ruas Sergipe e Maranhão, tem 5 pavimentos e é a construção mais alta da Duque.

Em seguida, há 3 edificações com 4 pavimentos e 10 edificações com 3 pavimentos. Se compararmos ao ritmo da verticalização do centro de Londrina a partir da década de 1950, este trecho da Avenida Duque de Caxias tem um grau de permanência superior a 65%.

Já na escala individual de cada edifício, a identificação de elementos e características arquitetônicas originais das fachadas é comprometida pelas muitas adequações realizadas ao longo do tempo, como a substituição do telhado, a substituição ou remoção de janelas e esquadrias e a subtração de elementos geométricos que remetem ao estilo *Art Déco*.

Embora atualmente se encontre em um estado frágil de conservação, o edifício construído por F. Schultheiss em 1939, na esquina com a atual Avenida Celso Garcia Cid, não sofreu reformas que o tornasse irreconhecível em relação ao projeto

original. No seu desenho podemos observar o jogo de volumes da fachada, as simetrias e os motivos geométricos, sobretudo no coroamento da edificação (linha do telhado). É um dos exemplares da Duque que ainda permanece como um testemunho da arquitetura e da paisagem urbana modernas e dinâmicas que se desejava naquelas primeiras décadas de Londrina.

Foi constatado que até a década de 1970 predominou a construção dos edifícios e que, daí em diante, predominou o processo de modificação e de substituição desses mesmos edifícios. Nas décadas iniciais é possível notar a expressiva atuação dos engenheiros civis **Omar Rupp** e **Odilon Borges de Carvalho**. Os dois juntos são responsáveis por mais de 50% das construções localizadas no trecho que foi objeto da pesquisa - além de terem sido responsáveis por muitas outras obras em Londrina.

Além de engenheiro e agrimensor de terras, Odilon Borges de Carvalho também teve uma vida política ativa, chegando a ser prefeito interino de Londrina em 1946 e, antes disso, prefeito de Jatahy, atual município de Jataizinho.

Mitomu Simamura foi o terceiro engenheiro que mais construiu no trecho da Duque aqui analisado. Nascido em 1925, em Guaiçara (SP), formou-se na Politécnica de São Paulo, e ao chegar em Londrina assumiu a presidência da Construtora Simamura Daiwa House S.A. Trabalhou muito pela comunidade nikkei, tendo sido presidente da Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL) e tesoureiro da Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná. Além disso, foi presidente do Rotary Club de Londrina e participou da Missão Econômica do Paraná ao Japão.

Américo Sato é um dos nomes mais conhecidos e documentados na história de Londrina. Na Avenida Duque de Caxias foi responsável pela construção do Conjunto Residencial Proost de Souza, em 1961. Associado aos irmãos Veronesi, proprietários de construtora, Sato também foi responsável pela construção de outros edifícios simbólicos da cidade, como o Júlio Fuganti, o Bosque, o Centro Comercial, o Cíntia e o Santa Mônica, entre 1953 e 1962 (SUZUKI, 2011).

A cidade como documento: o que as fontes nos revelam sobre o trecho do centro histórico da avenida duque de caxias

Juntando pistas: a pesquisa histórica como uma construção *ad continuum*

Ainda que a pesquisa científica aparente ser uma atividade solitária, esse meio nos mostra que a coletividade se faz presente através do diálogo com outros textos, com os quais podemos ou não concordar. O estudo sobre algo ou alguém requer a busca por documentos e referências que possam esclarecer a nossa inquietação. Partindo desse argumento, a pesquisa sobre a Avenida Duque de Caxias em Londrina tem sido um processo, uma construção em trâmite, que entre os anos de 2015 e 2021 nos revelou ser outra rua, antes pouco observada, mas basilar para a formação histórica da paisagem urbana. Todavia, é notório e necessário reconhecer contribuições importantes feitas anteriormente por pesquisadores e instituições locais. É nesse sentido que o texto “A Avenida de dois nomes”, publicado em 1995 pelo Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC-LD), se tornou ponto de partida para a nossa investigação.



A avenida Duque de Caxias surgiu de uma ‘picada’ para ligar a zona rural com o centro de Londrina. No início tinha dois nomes: no sentido norte era Rua Heimtal e no sentido sul era Rua Cambé. (IPAC-LD, 1995, p. 39).

O texto nos fornece pistas valiosas para a compreensão da formação inicial da via, principalmente por sua relação com a área rural. As porções opostas (norte e sul) encontravam convergência na antiga Avenida Paraná, hoje Avenida Celso Garcia Cid, e ali, naquela esquina, a gênese da vida urbana se fez com os primeiros lotes ocupados com atividades comerciais e complementarmente residenciais por Alberto Koch (Casa de Secos e Molhados), Otto Frederico Schultheiss (Padaria Otto) e David Dequech (Casa Central).

Indo além do texto do IPAC-LD, podemos destacar a consulta a documentos que se fizeram importantes para a construção da história da via, como a Planta de 1932, elaborada por Alexandre Razgulaeff, geodesta da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), considerada até hoje uma certidão de nascimento da cidade de Londrina. Nessa planta nota-se peculiaridades, como as primeiras denominações das ruas, revelando que a Avenida Duque de Caxias possuía outrora dois nomes: Rua Heimtal e Rua Cambé, como atesta o trabalho do IPAC-LD. Aliás, por certo tempo, a via apresentou-se com mais de um nome. A frequente mudança na denominação de logradouros foi uma prática recorrente em diversas cidades brasileiras nos anos de 1930 e 1940, além do que a escolha estava relacionada, geralmente, aos nomes de militares e governantes, um “padrão autoritário” como uma das “marcas da cultura política do país” na visão de Boris Fausto (2013, p. 305). Essa prática foi reforçada pela campanha de nacionalização realizada no Estado Novo (1937-1945), que obrigava a substituição de nomes estrangeiros dados às cidades e aos locais públicos e coletivos, como reverência aos valores nacionais. Tal condição pode ser observada

no Decreto-Lei n.º 1545/1939 que tratava da adaptação dos brasileiros descendentes de estrangeiros à incorporação do “caráter patriótico” a todos os meios que pudessem contribuir para a “formação de uma consciência comum”. Giralda Seyferth (1999) evidencia que essa exigência trazia um contexto de proibição geral do uso de línguas estrangeiras em público, o que levou a substituição dos nomes de ruas, letreiros e cartazes das lojas e fábricas e a denominação dos clubes e associações, atingindo principalmente as regiões coloniais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, consideradas “perigosas” pela concentração de etnias.

De modo breve, a Rua Heimtal teve o seu nome alterado para Rua Ruy Barbosa conforme a Lei n.º 33/1937, porém não foi assimilado. Essa informação foi identificada primeiramente no jornal Paraná-Norte de 19 de setembro de 1937, no qual a redação remete à decisão como uma justa homenagem ao intelectual brasileiro.

Como não houve alteração do nome da rua naquele momento, Yamaki (2006, p. XIV) comenta que a Prefeitura desistiu em razão da sensibilidade em “respeito à memória do povo”. Com relação às possibilidades de pesquisa, é interessante comentar que tal Lei de 1937 parecia não existir no sistema de consulta do poder legislativo local, embora estivesse publicada no jornal da época. Atualmente, a Câmara de Vereadores de Londrina considera as primeiras leis municipais só a partir do ano de 1948, decorrente das eleições por sufrágio universal e pós período do Estado Novo do Governo Vargas. Todavia, a pesquisa no jornal Paraná-Norte, cujos exemplares hoje pertencem ao acervo do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, mostra que também existiram vários atos do legislativo publicados entre



fevereiro de 1936, quando a Câmara de Vereadores passou a vigorar, e novembro de 1937, com sua dissolução devido a promulgação da Constituição Federal de 1937. Nesse sentido, a insistência por vezes se faz uma virtude, visto que numa pesquisa mais direcionada ao arquivo público da Câmara Municipal foi possível consultar o Caderno de Leis de 1936 e 1937 e encontrar o referido feito legislativo.

Do mesmo modo, a busca por outros atos legais nos levou ao Decreto-Lei n.º 12/1940, que alterou de fato o nome da Rua Heimtal para Rua Marechal Deodoro, partindo da Avenida Paraná na direção norte; e de Rua Cambé para Rua Duque de Caxias, indo na direção sul da cidade. Em 1953, a Lei Municipal n.º 216 estabeleceu que, a partir da ferrovia, a Rua Marechal Deodoro iniciaria na Rua Acre, seguindo ao norte até o Córrego Bom Retiro; e a Rua Duque de Caxias teria início na Rua Benjamin Constant, seguindo na direção sul até a Rua Fernandes Camacho. Com a Lei Municipal n.º 880/1964 manteve-se o trecho da Rua Marechal Deodoro ao norte, enquanto a Rua Duque de Caxias incorporou uma extensão maior ao sul, tendo início na Rua Benjamin Constant, seguindo até o lote 110 da Gleba Cambé. Com o crescimento da cidade, a unificação dos dois trechos ocorreu em 1979 pela Lei Municipal n.º 3.042, denominada Avenida Duque de Caxias, o que mudou inclusive a numeração dos endereços com início na Avenida Portugal ao sul em direção à Avenida Brasília ao norte, num percurso de 5,3 quilômetros, passando pelos bairros Petrópolis, Vila Brasil, Ipiranga, Centro Histórico, Vila Casoni e Vila Recreio. Portanto, as trocas na designação nominal da rua ocorreram mediante a expansão da cidade, fazendo desaparecer, por outro lado, as antigas referências espaciais, como se vê no mapa cronológico organizado para melhor compreensão.

O jornal Paraná-Norte circulou entre os anos de 1934 e 1953, sendo o principal veículo de comunicação da cidade, região e da Prefeitura Municipal de Londrina.

O decreto-lei tem valor de lei, sendo aplicado pelo poder executivo, quando este acumula anormalmente as funções do legislativo. O decreto-lei foi muito usado no Brasil nos períodos do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985). Este documento só foi possível de ser encontrado na Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal.

Evidentemente, a pesquisa sobre a Avenida Duque de Caxias em Londrina mobilizou diversas fontes, principalmente a documental, no intuito de compreender sua gênese e consolidação como patrimônio histórico e cultural da cidade. De todo modo, isso gerou certo entusiasmo pela busca de indícios que pudessem elucidar essa constatação que a princípio era empírica. Nesse sentido, olhar para o passado pressupõe um modo de apreender as temporalidades, ou melhor, um método, assim apontado por diversos estudiosos, pois são as indagações do presente que iluminam o passado.



Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas - Karnal e Tatsch (2009, p. 13), texto "A memória evanescente".

É apropriado esclarecer o que se entende por documento e como este se torna fonte de pesquisa histórica. Primeiramente, todo documento é uma forma de registro que faz parte do momento vivido de uma época, o que nos leva a pensar além de algo escrito, podendo incluir fotografias, objetos, entre outros. Pensando um pouco mais, a existência de documentos, mesmo aqueles chamados de oficiais, indica que houve uma escolha, ou seja, é recorrente cada sociedade selecionar o que deve ser duradouro e servir para a posteridade - esta noção é discutida por Jacques Le Goff (2003), em seu texto "Docu-





1940
DECRETO-LEI N.º 12/1940



1953
LEI MUNICIPAL N.º 216/1953



1964
LEI MUNICIPAL N.º 880/1964



1979
LEI MUNICIPAL N.º 3.042/1979

Expansão e mudanças de nome da Avenida Duque de Caxias

Fonte: Rodrigues (et al., 2018)

Base digital da Prefeitura do Município de Londrina (PML) / SIGLON / Câmara Municipal de Londrina (leis e decretos)



mento/Monumento”, em que o documento assume o *status* de monumento quando resulta do esforço das sociedades para impor determinada imagem de si próprias, isto é, o documento torna-se um instrumento de poder sobre a memória.

De modo geral, mas não generalista, todo documento é uma chave de acesso ao passado, como bem explicitado por Karnal e Tatsch (2009). Assim, todo documento pode vir a ser considerado uma fonte histórica, independentemente de sua autenticidade, sendo que isso depende do olhar de quem busca respostas e questiona as condições em que tais documentos foram produzidos. Todo documento é falso e verdadeiro, cabendo o trabalho de analisar as condições de produção dos documentos (LE GOFF, 2003).

Por conseguinte, o documento apontado como histórico pode ser visto como fonte da cultura material. A partir do século XX, e principalmente com a **Escola dos Annales**, a ideia de fonte histórica foi ampliada devido à incorporação de novos temas abordados pela História. Portanto, uma fonte histórica pode ser: **material**, isto é, tudo que é físico, podendo ser fragmentos, vestígios, artefatos arqueológicos, a escrita, objetos, instrumentos musicais, uma construção, um meio de transporte, etc.; **imaterial**, que remete ao perceptível, o que é entendido, como a dança, a música, o saber fazer, o modo de falar; e **oral**, que é todo o conhecimento que se transmite pela oralidade, como contos, hinos e outros semelhantes.

Sobre a Avenida Duque de Caxias, a pesquisa pode ser ampliada com base em documentos diversos, indo além dos escritos, como plantas da cidade, mapas, fotos, aerofotos, listas telefônicas, sendo este último um registro oportuno para compreensão dos tipos de atividades comerciais no trecho estudado, segundo o Informador Classificado de 1955.

A Escola dos Annales foi um movimento iniciado na França em 1929 por um grupo de intelectuais que produziu diversos escritos que contribuíram para a Nova História. Essa corrente historiográfica foi iniciada por Lucien Febvre e Marc Bloch que fundaram a revista “Annales d’Histoire Économique et Sociale”. Nos anos de 1950, a produção de Fernand Braudel marcou a segunda fase. Já na terceira geração destacam-se pesquisadores, como Jacques Le Goff e Pierre Nora. E a quarta se iniciou em 1989 com os trabalhos de História Cultural, com Georges Duby, Jacques Revel e Bernard Lepetit.

São fontes ou documentos históricos tanto os textos escritos de todos os tipos como também são as fotografias, os objetos da cultura material ou quaisquer outros conteúdos e materiais que os historiadores utilizem como vestígios para apreender a história um dia vivida para, concomitantemente, escreverem a História no outro sentido, o de produto de um campo de saber (BARROS, 2019, p. 18).

Pensando na sua atual paisagem urbana, a Avenida Duque de Caxias representa as marcas de um patrimônio histórico sedimentado ao longo de décadas, no qual encontram-se edificações remanescentes dos anos de 1930 e 1940. A permanência desses fragmentos fornece pistas da Cultura Material, o que motivou a consulta nos arquivos do Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Londrina. Essa

etapa da pesquisa documental revelou ser uma fonte profícua, tendo em vista que o acesso aos processos de aprovação e habite-se de projetos de edificações ao longo da Avenida Duque de Caxias trouxe um material rico e de natureza primária. Ali foi possível coletar, reunir, organizar e interpretar os dados arquivados desde a emancipação político-administrativa de Londrina, em 1934. Esses documentos guardam informações de cada processo aberto para cada lote, seja de construção, ampliação, reforma ou demolição, que se tomados em conjunto é possível vislumbrar a transformação da paisagem da cidade ou, no caso, do trecho estudado. É necessário enfatizar que ao abrir possibilidades de novas fontes de pesquisa, como os arquivos do setor de cadastro imobiliário, outras leituras podem ser incorporadas, o que nos revela também um modo de olhar para os objetos que vão além de sua concretude, interessando-nos as relações sociais criadas com base neles.



Na História da Cultura Material não importa "o objeto material tomado em si mesmo, mas sim os seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural" (BARROS, 2004, p. 30).

Por isso, na apreciação de um projeto de edificação dos anos de 1930, por exemplo, pode-se identificar as técnicas construtivas empregadas; a

representação gráfica quanto ao nível de detalhes; os aparatos normativos que balizaram as exigências edilícias; os personagens envolvidos no processo de aprovação dos projetos, como os engenheiros civis, arquitetos e construtores. Assim, na pesquisa histórica de uma rua, a consulta aos documentos cadastrais passa a ser entendida como parte do processo de construção da paisagem urbana.

Podemos identificar diferentes fontes do patrimônio cultural como: *fontes iconográficas*, podendo ser ilustrações, plantas, mapas, desenhos, projetos arquitetônicos, estampas, selos, cartazes, anúncios; *fonte fotográfica*; fonte imprensa periódica, como os jornais e revistas; *fonte literária*; *fontes epistolares*, como cartas, manuscritos e diários; e *fontes audiovisuais*. Tais fontes podem ser consultadas em localidades que têm o propósito de guarda e cuidado com os registros, como instituições de pesquisa, podendo ser acervos públicos nas esferas municipais, estaduais e federais, museus e mesmo acervos privados (MARTINS, 2009).

Para elucidar o conteúdo dos arquivos do Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Londrina, apresenta-se como exemplo um projeto de 1939 no Lote 7 da Quadra 17 do Centro Histórico, situado na esquina da Rua Maranhão com a Avenida Duque de Caxias, na época Rua Heimtal. Constam informações, como a solicitação de aprovação do projeto de um prédio de tijolos em dois pavimentos cuja autoria é do engenheiro Odilon Borges de Carvalho, sendo que o imóvel pertenceu ao proprietário João Ziober ou Jan Ziober como aparece escrito em outros documentos. No ano de 1958 houve o pedido de subdivisão do lote em 7 e 7A, anos mais tarde o prédio de 1939 foi demolido e substituído por outro. Na fração de terreno ao lado, consta a aprovação, também no ano de 1958, de

um prédio de três pavimentos e um terraço cuja autoria é do engenheiro Zygmundo Stasiak. Essa tipologia de uso misto era comum nesta parte da cidade, sendo o térreo destinado ao comércio onde funcionou a Farmácia Santa Terezinha e os demais pavimentos que serviram ao uso residencial.

Contudo, voltando ao projeto de 1939, faz-se necessário comentar alguns aspectos do documento em si. Primeiramente, a cor azul do papel chama a atenção por se tratar de uma técnica denominada “*Processo Blueprint*” ou simplesmente *blueprint* que constitui uma imagem negativa com linhas brancas sobre fundo azul, como mostra a figura ao lado.



A reprodução dos desenhos arquitetônicos em blueprint negativa acontece da seguinte forma: o papel é revestido com gelatina e sensibilizado com uma solução química, secando em área escura e fresca. O papel sensibilizado é exposto à luz, tendo sobre ele um desenho original em suporte translúcido ou transparente. Nas áreas onde a luz bate no papel (exceto naquelas bloqueadas pelas linhas no desenho original), os sais férricos são reduzidos a sal ferroso. Quando termina a exposição, o papel passa pelo processo de banho por imersão. Então, o papel é lavado para a retirada dos remanescentes de sal férrico (onde não houve exposição), deixando aparecer as linhas brancas, que formam a imagem blueprint negativa (CARVALHO 2011, p. 90).

O *blueprint* como processo de cópia de desenhos e projetos arquitetônicos vigorou a partir do final do século XIX, por volta da década de 1870, até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tornando-se muito popular nos anos de 1920. De certo modo, este processo encontra correlação com a técnica em fotografia, sendo chamado por vezes de papel cianótipo, tendo em vista que a composição química “seria praticamente a mesma, com pequenas variações”. Além do *blueprint* era comum a cópia em “Processo Pellet” que representava uma imagem positiva definida por linhas azuis sobre fundo branco, semelhante à cópia heliográfica (CARVALHO, 2011). Em Londrina, a cópia em *blueprint* é popularmente chamada de “planta azul”, tendo como referência explícita a Planta da Cidade datada de 1932.

É interessante pensar que com a organização institucional dos setores da prefeitura em 1934, houve a necessidade de arquivar os projetos arquitetônicos e demais papéis, o que, por outro lado, a exigência de cópias das plantas aos empreendedores servia para aprovação e fiscalização das construções na cidade. A demanda pela reprodução dos documentos gráficos acionava a solução disponível naquele momento. Ainda, pressupõe-se que esse trâmite legal logo foi incorporado pelos profissionais, o que colaborou para estruturar uma gama de atividades correlacionadas, inclusive a reprodução de material em *blueprint*, já que este não mostrava tamanha complexidade.

Ademais, há outros elementos a serem identificados na leitura do projeto de 1939, como a técnica construtiva da alvenaria de tijolos mencionada nos documentos, que embora fosse escassa naquele momento era possível para um compacto prédio de dois pavimentos. No final dos anos de 1930 eram comuns e faziam parte da paisagem local as constru-

ções em madeira (abundantes na região), já que o uso de outros materiais envolvia custos mais elevados por serem trazidos de outras localidades. No projeto, as paredes são espessas, contando com a fundação em pedra, escada externa e balcão sobre o passeio. A fachada apresenta características modernas pela filiação ao estilo *Art Déco* com tratamento geométrico de frisos verticais, como também no escalonamento da platibanda e ornamentos no balcão, o que nos mostra uma tentativa de dar monumentalidade à pequena edificação pela disposição simétrica do acesso centralizado. As anotações no papel também merecem atenção, como a data de aprovação, o visto do responsável técnico e a assinatura do construtor. Por conseguinte, o projeto arquitetônico arquivado no setor de cadastro da prefeitura constitui um documento histórico e, portanto, faz parte do patrimônio cultural da cidade, o que contribui para a ampliação de fontes de consulta.

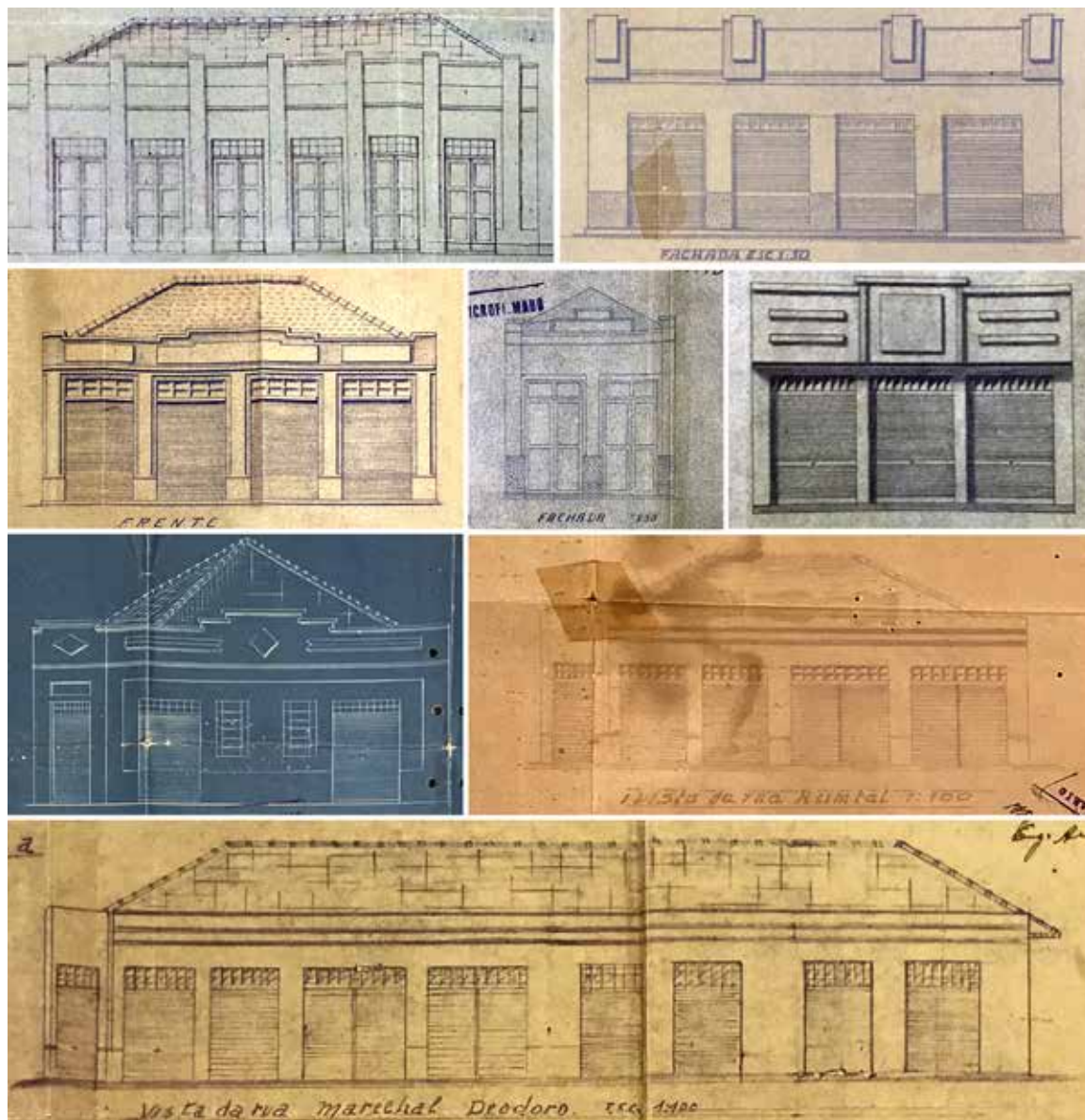


O estudo do patrimônio é um campo que se serve de tudo o que estiver disponível – das cartas aos prédios, da literatura a um bairro inteiro –, sendo capaz de representar a dinâmica da história. A noção de variedade de fontes históricas é uma construção no tempo, ou melhor, uma “construção permanente”. Isso depende de cada temática e das diferentes leituras que cabem a um documento histórico (MARTINS, 2009).

Na verdade, todo e qualquer vestígio constitui uma marca da produção humana, escrita ou não, e assim sua manifestação é um registro para o patrimônio cultural, abarcando uma pluralidade de elementos, desde papéis a edifícios, de mapas a obras de arte, de comidas típicas a festas populares, ou seja, tudo o que for capaz de expressar cultura (PINSKY e DE LUCA, 2009).

Durante a pesquisa nos arquivos do setor de cadastro da prefeitura sobre o trecho histórico da Avenida Duque de Caxias em Londrina, os documentos encontrados revelaram características que fazem parte da cultura técnica em suas temporalidades. A cultura técnica traz valores de uma sociedade ligada à formação de conhecimento no que diz respeito a uma realidade socioeconômica e cultural. Tais valores e saberes se desdobram dentro de um campo profissional, respondendo a uma lógica, mentalidades e ideias de uma época. Dito isso, é possível notar as diferenças não só de representação em desenho em razão das exigências normativas, mas inferir o tipo de suporte técnico utilizado na elaboração dos documentos, inclusive o computacional, como em décadas mais recentes, afora o acesso às tecnologias de reprodução disponíveis. Na imagem a seguir, vê-se um exemplo da variedade de fachadas das décadas de 1930 e 1940 identificadas no trecho histórico da via. A quantidade de portas indica a vocação comercial presente no pavimento térreo, fronteiro ao passeio das calçadas.

Além da consulta aos arquivos do cadastro imobiliário, outra fonte documental importante refere-se às fotos registradas desde o início da ocupação da cidade. Nesse sentido, Londrina possui um amplo acervo, sendo que grande parte se encontra organizada e disponível no Museu Histórico de Londrina Pe.



Fachadas dos projetos aprovados tipo térreo comercial no trecho do Centro Histórico da Avenida Duque de Caxias – décadas de 1930 e 1940
 Fonte: Base Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura do Município de Londrina. Imagem editada

Carlos Weiss. A seguir há um exemplo do acervo, a fotografia datada de 1969 e de autoria de Oswaldo Leite mostra o cruzamento das ruas Maranhão e Duque de Caxias. Na edificação da direita está o prédio onde funcionou a Farmácia Santa Terezinha com dois pavimentos, sendo os demais construídos posteriormente. Atravessando a rua, encontrava-se a Casa Vila Real, importante empresa do segmento de varejo de alimentação da cidade que representou a transição das casas de secos e molhados para as atuais redes de supermercados.

Oswaldo Leite nasceu em 1921 na cidade de Itu-SP e migrou para Londrina em 1941. Logo no ano de 1942 passou a ser funcionário da Prefeitura de Londrina, como fiscal da Secretaria de Obras e Urbanismo. Iniciou suas atividades de fotógrafo na década de 1950, quando passou a exercer as funções de escriturário e oficial administrativo dentro do D.O.P (Departamento de Obras e Planejamento). Leite permaneceu trabalhando na Prefeitura Municipal até 1995, quando faleceu, aos 74 anos de idade (FROZONI, 2015).



Esquina das ruas Maranhão e Duque de Caxias em 1969
Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss
Foto: Oswaldo Leite

Sendo a fotografia um elemento relevante da cultura material, ela carrega não somente o valor de registro, mas também informações sobre o modo de vida e o cotidiano das pessoas. Na sequência, a fotografia do comércio de João Wanderley – possivelmente a Casa Wanderley era em uma das quadras 50 e 51, entre as ruas Goiás e Espírito Santo (NOGUEIRA, 2004, p. 87) –, é um caso interessante, pois nela vemos a indumentária das pessoas que posam para a foto, assim como a lama na rua sem pavimentação, a edificação em madeira apoiada sobre uma estrutura que a faz ficar elevada do solo e, ainda, uma bomba

de combustíveis. Em razão do letreiro na fachada somos levados a pensar que se trata de uma casa comercial, que segundo a legenda estava localizada na antiga Rua Heimtal na década de 1930, hoje Avenida Duque de Caxias. Para tanto, a atividade comercial é confirmada através do cruzamento de fontes, como se vê com a propaganda no jornal Paraná-Norte, no qual pode-se deduzir inclusive o período da foto, já que no anúncio consta a data de 1934. Mesmo que o jornal não apresentasse a data, seria possível correlacioná-lo em seu tempo, tendo em vista a grafia da escrita.



Casa Comercial João Wanderley, localizada na antiga Rua Heimtal, década de 1930
Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Anúncio em Jornal da Casa Wanderley
Fonte: Jornal Paraná-Norte
Ano I, 9 de outubro de 1934, p. 4



Por fim, o uso de documentos como fontes históricas para a pesquisa na área de patrimônio cultural nos leva a observar as permanências e pensar nas coisas no seu próprio tempo – uma questão de arqueologia urbana com base na ideia de cidade como documento, conforme a argumentação exemplar de Le Goff (2003). A construção da história de uma localidade ou temática é sempre um campo aberto, um processo constante - *ad continuum* -, pois a cada mudança de contexto os questionamentos mobilizam a releitura das fontes e a busca por novas. Para a nossa felicidade, ou teimosia para alguns ou, ainda, resistência para outros, estudar a cidade na densidade de suas camadas históricas é um trabalho gratificante e, por assim dizer, instigante, podendo nos revelar muito mais que simples histórias, mas a própria história da cidade.

Este livro faz parte do projeto cultural “Avenida Duque de Caxias: um patrimônio histórico entre permanências e transformações”, aprovado pelo Edital n.º 009/2019 do programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC), desenvolvido ao longo dos anos de 2020 e 2021, e concluído em março de 2022. O projeto teve como objeto de estudo o trecho histórico localizado entre a Rua Benjamin Constant e a Avenida Juscelino Kubitschek que constituiu uma pesquisa arquitetônica e paisagística que se deu tanto na escala do lote, por meio do estudo e dos edifícios, quanto na escala urbana, resultando em uma análise do conjunto edificado e da sua paisagem.

Na verdade, este livro é o fechamento de um trabalho desenvolvido em diversas etapas, tendo cada qual resultado em um produto cultural entregue ao município ao longo de 2021. A primeira e mais longa fase do trabalho foi a elaboração e entrega de 119 fichas de inventário arquitetônico, cada uma referindo-se a um lote situado no trecho histórico. Pesquisas bibliográficas, investigações empreendidas nos arquivos públicos do município e em entrevistas com moradores e comerciantes possibilitaram registrar um histórico das edificações de cada um dos lotes - o que, em muitos casos, também facilitou a identificação das famílias e dos construtores envolvidos na formação da Duque.

Num segundo momento, foi produzida a ficha de inventário urbano-paisagístico que oferece uma leitura da Avenida Duque de Caxias em uma escala mais ampla e que enfatiza o seu caráter cultural. Em suas 47 páginas, o material apresenta um histórico da

evolução territorial da Av. Duque de Caxias, abordando os acessos históricos, o uso e ocupação do solo, as primeiras esquinas, os primeiros estabelecimentos, as famílias pioneiras, os engenheiros e construtores, enfim, todos os elementos materiais e imateriais que formaram a identidade da Duque.

As fichas de inventário arquitetônico e urbano-paisagístico totalizam mais de 2.500 páginas de pesquisa e informação histórica e foram elaboradas seguindo o padrão já utilizado pela Secretaria Municipal de Cultura. As fichas estão disponíveis para acesso público e irrestrito no Sistema de Informação Geográfica de Londrina (SIGLON), uma plataforma digital que reúne e disponibiliza para consulta pública informações geográficas sobre características físicas e dados socioeconômicos do município. Ao acionar a camada “Cultura”, o SIGLON disponibiliza, entre diversas informações

sobre a área, as fichas inventariais e bens tombados no município. A plataforma pode ser acessada pelo endereço: www.geo.londrina.or.gov.br.

Em seguida, com base no conteúdo das fichas de inventário, foram elaborados o roteiro histórico-cultural da Avenida Duque de Caxias e, por fim, este e-book - os últimos produtos entregues no âmbito do Promic. O roteiro histórico-cultural compila as principais informações e as transforma em um material mais lúdico e visual, com linguagem menos técnica e visando enfatizar o caráter cultural da Duque. Foram entregues à Secretaria Municipal de Cultura 3 mil exemplares, que deverão ser distribuídos de modo gratuito nos equipamentos culturais, escolas, bibliotecas, estabelecimentos comerciais da Duque, etc. Ele é dirigido ao público de todas as idades e pode ser utilizado tanto para roteiros guiados quanto para passeios livres.



Inventário Urbano-Paisagístico e Roteiro Histórico Cultural da Avenida Duque de Caxias
Fonte: O Perobal | 2021



O Escritório Modelo OCAS tem como objetivo contribuir na formação profissional de alunos e alunas, promovendo o exercício concreto da Arquitetura e do Urbanismo por meio de projetos que integrem academia e comunidade, e que conscientizem futuros arquitetos e urbanistas sobre a função social da sua atividade profissional.

Todavia, é importante deixar registrado que este trabalho não teve início em 2021, mas é o desdobramento de um projeto de pesquisa conduzido pela Profa. Dra. Eloisa Ribeiro Rodrigues na Universidade Estadual de Londrina (UEL) que, desde 2015, vem se debruçando sobre a Avenida Duque de Caxias. Nos primeiros anos foram levantadas informações das edificações existentes e que já existiram nos lotes situados entre as atuais Rua Benjamim Constant e a Avenida Juscelino Kubitschek, trecho que consta desde o Plano de 1932. Mais adiante, a pesquisa se concretizou como um projeto de extensão do Escritório Modelo OCAS - uma entidade vinculada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UEL - coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Zani, que propõe desenvolver atividades de extensão envolvendo alunos, professores e comunidade. Ao longo de toda a sua extensão, o projeto envolveu diversos pesquisadores - entre estudantes e professores - que foram responsáveis por consultar e compilar informações com base em um imenso acervo de documentação histórica, tanto de caráter público quanto familiar, cujos arquivos estavam esparsos em diversos pontos da cidade. Foram investigados projetos arquitetônicos arquivados no Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Londrina, imagens e documentos pertencentes ao acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, além de ampla revisão de literatura, jornais de época, acervos de família e entrevistas, concedidas às pesquisadoras, com comerciantes e moradores de diversas épocas.

Para o desenvolvimento do projeto cultural fomentado pelo Promic, especificamente, além de Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, foram incorporadas ao trabalho as pesquisadoras Elisa Roberta Zanon, Priscila Henning, Camila Silva de Oliveira e Ana Cláudia de Souza Santos.

Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues é arquiteta e urbanista graduada pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina, Mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). É pesquisadora na área de arquitetura e comércio e morfologia urbana, professora adjunta da UEL, pesquisadora-colaboradora do Laboratório de Comércio e Cidade (LabCom) da FAUUSP, Conselheira Suplente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina (COMPAC), representando as instituições públicas de ensino superior e atualmente é vice-presidente do mesmo conselho.

Elisa Roberta Zanon é arquiteta e urbanista graduada pela UEL, mestre em Geografia pela mesma instituição e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP São Carlos). Atua nas áreas de planejamento urbano e territorial, patrimônio cultural, mobilidade urbana e habitação social. É docente no Centro Universitário Filadélfia (UniFil) e atualmente é Conselheira Titular no COMPAC, representando os movimentos sociais da cidade.

Priscila Henning é arquiteta e urbanista graduada pela UEL, Mestre em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP e Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É pesquisadora na área de patrimônio cultural edificado e história da arquitetura, e atua como docente nas universidades Pitágoras, Unopar e Positivo. Atualmente é Conselheira Titular no COMPAC, representando as instituições privadas de ensino superior.

Camila Silva de Oliveira é arquiteta e urbanista graduada pela UEL, Especialista em Patrimônio Cultural e Identidades pela UniFil, Mestre pela FAU-USP e doutoranda na mesma instituição. É pesquisadora na

área de patrimônio cultural e natural e de políticas brasileiras de preservação. É docente na UniFil e Conselheira Titular no COMPAC, representando o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) - núcleo Londrina.

Ana Cláudia de Souza Santos é graduada pela UEL e atualmente mestranda do programa de pós-graduação da UEL/UEM. Como graduanda e estagiária participou do projeto de extensão da UEL referente à Av. Duque de Caxias desde 2017 e, durante o desenvolvimento do projeto cultural do Promic, foi responsável pela produção e coordenação técnica da equipe de estágio na etapa de elaboração das fichas de inventário arquitetônico.



Integrantes do projeto financiado pelo PROMIC. Da esquerda para a direita: Elisa Zanon, Camila de Oliveira, Eloisa Rodrigues, Priscila Henning e Ana Cláudia Santos | Fonte: Agência UEL de Notícias, 2020

A noção de patrimônio cultural londrinense trazida no Plano Diretor de Preservação se tornou diretriz para estudos relevantes em âmbito local e regional. Nessa direção, uma das intenções deste projeto foi responder à demanda por estudos sobre os eixos e ruas históricas de Londrina, contribuindo para um conjunto de pesquisas já realizado, como a Avenida Paraná (trecho Calçadão), a Rua Sergipe, a Rua Quintino Bocaiúva e a Avenida Saul Elkind. Constituem Patrimônio Cultural de Londrina os elementos que serão analisados sob os seguintes critérios:

- I - Ser pioneiro ou um dos primeiros;
- II - Ser testemunho de épocas de desenvolvimento da cidade;
- III - Pela singularidade da técnica construtiva e material utilizado;
- IV - Pela excepcional qualidade espacial, paisagística e/ou ecológica;
- V - Pelos fatos históricos que tenham ocorrido no local;
- VI - Ser formador da identidade local;
- VII - Pelos saberes tradicionais;
- VIII - Pela qualidade artística; e
- IX - Tratar-se de edificação situada na área de abrangência da aerofoto de 1949 e no Levantamento Aerofotogramétrico da Cidade de Londrina, elaborado em janeiro de 1950 e atualizado em maio de 1951, ambos depositados no arquivo do cadastro da Secretaria Municipal de Obras. (LONDRINA, 2011, Art. 2).

Reconhecer os múltiplos significados da Avenida Duque de Caxias como um patrimônio histórico do nosso momento presente é um ato de cidadania, é um direito à cidade e um direito à memória. Para além do seu suporte material, os sentidos, os significados e os afetos que atribuímos à Duque são imprescindíveis para pensarmos ações de preservação e também de transformação para o presente e futuro de Londrina.

Falar de patrimônio histórico não é apenas conhecer o passado como curiosidade anedótica, mas dar significado a ele no momento presente, compreendendo a Duque hoje. A partir daí, é possível lançar esses significados para o futuro e vislumbrar possibilidades que conciliam o desenvolvimento com a preservação de elementos importantes do passado com as novas demandas e desafios do futuro. Assim como a cidade é um elemento dinâmico, o patrimônio histórico não deve ser um fragmento urbano encapsulado e congelado no tempo como um cenário. Ao contrário, ele deve se manifestar no momento presente e, sobretudo, deve participar da vida cotidiana, com respeito à memória e com o olhar para o futuro, sustentando ações que nos façam alcançar a cidade que desejamos.

A própria história, enquanto campo do conhecimento, também não se conclui. Os fatos do passado são imutáveis, mas as nossas interpretações, memórias, relações e o alcance da nossa compreensão destes fatos se transformam a cada vez que nos debruçamos sobre documentos, relatos e novas informações. Logo, este projeto é apenas o pontapé inicial de uma

série de possibilidades que a Av. Duque de Caxias nos oferece. Esperamos que esta pesquisa ajude a despertar a consciência da preservação do patrimônio, despertando reflexões sobre o assunto a partir das informações que apresentamos. A partir disso, rogamos que novas propostas e intervenções que tenham como objeto a avenida e seu entorno possam ser pautadas por esta consciência, evitando o apagamento da memória londrinense através da destruição de seus suportes, infelizmente tão frequente.

Por fim, e talvez de forma mais importante, a maior contribuição que esta pesquisa poderá trazer é sua continuidade e aprofundamento, através de novas pesquisas e levantamentos no setor histórico da cidade. A partir do início deste projeto, desde 2015, diversas pesquisas, artigos científicos e projetos acadêmicos foram desenvolvidos com base nos dados colhidos. Há, ainda, muitas lacunas a serem preenchidas e muita história para ser registrada. Por este motivo, não cabe aqui uma conclusão, mas uma provocação para novos desdobramentos deste texto.

Que a nossa Avenida Duque de Caxias siga pulsando no coração da cidade e das pessoas que continuam construindo a sua história com vivências, encontros, conflitos, afetos, cores, barulhos, movimento e muito trabalho! Vida longa à Duque!

Fontes de Pesquisa

- Instituto de Pesq. e Planej. Urbano de Londrina (IPPUL)
- Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss (MHL)
- Memória Paraná. Rede de Informações Museus Paraná
- Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura do Município de Londrina (SCI/PML)
- Sistema de Informação Geográfica de Londrina (SIGLON)

Referências

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BRASIL. Constituição [1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 6 dez. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1545, de 25 de agosto de 1939**. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Brasília: Câmara dos Deputados, 28 jul. 1939.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **A Avenida Duque de Caxias: retratos e significados**. 1989. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1989.

CARVALHO, Ana Paula Corrêa de. **Preservação de plantas arquitetônicas: identificação e conservação de cianótipos**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, UNIRIO/MAST, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12490>. Acesso em: 9 jan. 2022.

CASTELNOU, Antonio. **Arquitetura Art Déco em Londrina**. Londrina: A. Castelnou, 2002.

CHOMA, D. et al. **É de sonho e de pó: Londrina, décadas de 1930 e 1940**. Fotografias de Carlos Stenders. 1. ed. Londrina: Câmara Clara, 2015.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. Unesp, 2001.

COSTA, S. A. P.; NETTO, M. M. G. **Fundamentos da Morfologia Urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

FROZONI, Fernanda Cequalini. **Retratos do crescimento**

urbano: fotografias de Oswaldo Leite e a região central de Londrina (PR) na década de 1950. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.digital.uel.br/document/?view=vtls000201003>. Acesso em: 11 jan. 2022.

HENNING, Priscila. **O espetáculo do patrimônio: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC**. 2019. 1 recurso online (372 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641119>. Acesso em: jan. 2022.

INFORMADOR Classificado do Paraná. Curitiba: Informadora e Editora Brasil, 1955.

IPAC-LD. Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina. **Memória e cotidiano: cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõem**. Londrina: MEC/ SESU, 1995.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O Historiador e suas fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-27.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. In: **Revista CPC** (Centro de Preservação Cultural / USP), São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006a.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LONDRINA. Lei n.º 33, de 24 de setembro de 1937. Altera o nome da Rua Heimtal para Ruy Barbosa. **Caderno de Leis de 1936 a 1937**, Londrina: Câmara Municipal de Londrina, p. 50, 24 set. 1937.

LONDRINA. **Decreto-Lei n.º 12, de 19 de julho de 1940**. Altera as denominações de ruas em Londrina. Londrina: Prefeitura Municipal de Londrina, 19 jul. 1940.

LONDRINA. **Lei n.º 216, de 26 de dezembro de 1953**. Dispõe sobre a oficialização e denominações dos logradouros públicos. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 26 dez. 1953.

LONDRINA. **Lei n.º 880, de 22 de fevereiro de 1964**. Estabelece as denominações e limites dos logradouros que situam na área chamada “cidade de Londrina”. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 18 set. 1964.

LONDRINA. **Lei n.º 3042, de 11 de julho de 1979**. Estende o percurso da Avenida Duque de Caxias. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 23 dez. 1979.

LONDRINA. **Decreto n.º 007, de 5 de janeiro de 1995**. Discrimina vias públicas sujeitas à alteração nos seus traçados ou alinhamentos. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 5 jan. 1995.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country - Revisited**. New York: Cambridge University Press, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bas-

sanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O Historiador e suas fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 281-308. MENESES, Ulpiano B. T. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Ouro Preto/MG: 2009, 25-39. Brasília: IPHAN, 2021.

NOGUEIRA, Amélia Tozzetti. **De Norte a Norte: uma trajetória de “contadini”**. Londrina: Midiograf, 2004.

PRANDINI, Neyde. Aspectos da geografia urbana de Londrina. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira (Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. 1. ed. Vol. 2. Londrina: Humanidades, 2007. p. 87-113.

PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O Historiador e suas fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

RODRIGUES, E. R. R. et al. Estratégias de pesquisa documental em ruas comerciais de interesse histórico: o caso da Avenida Duque de Caxias em Londrina-PR. In: LOMBARDI, A. P. (org.). **Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2**. 1. ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 185-201.

RODRIGUES, Eloisa R. R.; ZANON, Elisa R.; CABRERA, Letícia. Tipologias comerciais na Av. Duque de Caxias (Londrina, PR): estudo da permanência a partir da abordagem tipo-morfológica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE, 6, 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. São Paulo: FAUUSP/LABCOM, 2018. p. 770-792.

RODRIGUES, Eloisa. R. R. **A paisagem da rua comercial em Londrina**: transformações e permanências. Projeto de Pesquisa n. 10102, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, CTU – Centro de Tecnologia e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 199-228.

SMITH, Laurajane. **The uses of heritage**. New York: Routledge, 2006.

SUZUKI, J. H. **Idealizações de modernidade**: arquitetura dos edifícios verticais em Londrina 1949 – 1969. 1. ed. Londrina: Kan, 2011.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary theory of conservation**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

YAMAKI, Humberto. **Iconografia Londrinense**. Londrina: Edições Humanidades, 2003a.

YAMAKI, Humberto. **Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina**. Documento para Discussão. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 2003b.

YAMAKI, Humberto. **Labirinto da memória: paisagens de Londrina**. Londrina: Edições Humanidades, 2006.

YAMAKI, Humberto. **Terras do Norte**: Paisagem e Morfologia. Londrina: Ed. H.Yamaki/ UEL, 2017.

Pesquisas e sistematizações complementares

OLIVEIRA, Camila S. de. **Avenida Duque de Caxias**: um patrimônio histórico entre permanências e transformações. Londrina: PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura), 2020.

RODRIGUES, Eloisa. R. R. **A paisagem da rua comercial em Londrina**: transformações e permanências. Projeto de Pesquisa n. 10102, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, CTU – Centro de Tecnologia e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.



Quando falamos em patrimônio, logo nos vêm à mente edificações, acervos documentais, bem como arqueológicos. Dificilmente somos levados a relacionar esse conceito a uma praça, uma escola ou uma rua. Este belíssimo livro, no entanto, nos permite desconstruir essa perspectiva engessada a respeito da ideia de patrimônio, fornecendo uma nova possibilidade de compreensão.

Em *Avenida Duque de Caxias: o Patrimônio Histórico entre permanências e transformações*, vamos nos deleitar com a história desta avenida, que já constava no traçado da cidade, em 1932, como se fosse um braço de acolhimento àqueles e àquelas que vieram construir a vida na novíssima cidade de Londrina.

Esta obra explora história e memórias por meio da linguagem escrita e visual, configurando-se em um memorial, concebido por pesquisas, afetos e emoções. Por este e tantos outros motivos, este livro é capaz de tocar mentes e corações, com beleza, encanto e história viva, orientando nossos olhares para mais uma riqueza patrimonial da nossa cidade.

Edméia Ribeiro

Diretora do Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”

Patrocínio



Secretaria Municipal de
Cultura

Apoio



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



MUSEU
HISTÓRICO
DE LONDRINA

ISBN: 978-65-89024-03-3



9 786589 024033